



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 22 - Nº 407 - DE 6 A 20 DE MARÇO DE 2011 - R\$ 3,00

Viva a Revolução Líbia! Fora o imperialismo!



Governo Dilma / PT / PMDB / PDT/ PSB / PCdoB: Política econômica antinacional e antipopular. Resposta operária:

- Fim do desemprego e subemprego, dividindo as horas nacionais utilizadas na produção entre todos os brasileiros aptos ao trabalho, ou seja, implantação da escala móvel das horas de trabalho;
- Salário mínimo vital com escala móvel de reajuste;
- Controle operário da produção;
- Entrega das terras aos camponeses;
- Elevação cultural das massas vinculando a escola à produção social e compatibilizando a jornada de trabalho da juventude com o estudo

Bolsa Família: retrato da hipocrisia burguesa

Sublevação na Líbia

Nesses dezesseis dias de confronto entre o regime de Muamar Kadafi e a oposição sublevada, os acontecimentos evoluíram rapidamente. O protesto que começou com uma pequena manifestação em Benghazi se transformou em um levante generalizado no leste da Líbia e saltou para a guerra civil. A matança de manifestantes desarmados ateou fogo no rastilho de pólvora. Provocou imediatamente uma crise no seio do regime. O fato mais significativo foi a ruptura do ministro da Justiça, Mohamed Abud al-Jeleil e a deserção de pilotos que se negaram a bombardear os insurretos. Diplomatas, em seguida, fizeram o mesmo. A incontinenti fuga dos ratos indicou que o navio estava seriamente comprometido. As Forças Armadas se dividiram, seguindo um corte regional que separou Benghazi de Trípoli, o leste do oeste. As massas recorreram aos quartéis e se apossaram das armas. Estavam dadas as condições de uma guerra civil.

O governo permaneceu com o controle da costa ocidental do País (antiga Tripolitana). E, segundo informações, os insurretos tomaram conta da Líbia do Leste (antiga Cirenaica). O movimento armado constituiu um comando, cuja coordenação política se postula governo das áreas ocupadas. Aos poucos, vêm emergindo lideranças que estiveram submersas em virtude do despotismo de Kadafi. Tudo indica que provêm da classe média urbana e de setores tribais. Não há sinal da participação da incipiente classe operária. O que caracteriza o levante como pequeno burguês revolucionário. Expressa o esgotamento do regime despótico e a necessidade econômico-social de liquidá-lo.

A rapidez com a manifestação de 16 de fevereiro tornou-se uma onda de contestação da ditadura demonstra que os vínculos de Kadafi com as massas líbias, estabelecidos por um longo período de nacionalismo, estavam rompidos. A influência que ainda é mantida em sua trincheira de resistência, tudo indica, se deve aos laços tribais tripolitanos, às vantagens de setores do funcionalismo e ao temor da tirania que persiste, uma vez que o regime conserva poderes militares, policiais e milicianos. O avanço ou recuo das forças rebeladas é que demonstrará até onde vai a ascendência do regime sobre a população do leste.

Ao se evidenciar que o levante tomou proporções revolucionárias, os Estados Unidos e as demais potências se puseram em ação. Nada de significativo no mundo pode ocorrer sem que o imperialismo esteja presente e atue para direcionar os acontecimentos. Acabava de decidir o destino dos levantes na Tunísia e no Egito. No país do Nilo, a intervenção norte-americana foi decisiva para afastar Mubarak por meio de um golpe militar palaciano. Não foi necessário nenhum cerco econômico e bélico. As Forças Armadas e uma fração da oposição burguesa estiveram sob sua estratégia. A retomada da revolução democrática interrompida depende, agora, de se levantar contra as bases do regime ditatorial e a diretriz do imperialismo.

Na Líbia, as condições políticas têm diferenças decisivas que dificultam a implantação da orientação externa. Kadafi conservou-se no poder desde o golpe de 1969, que aboliu a monarquia e rompeu as amarras impostas pelo imperialismo à Líbia semicolonial. O conflito com as potências e seu anti-imperialismo nacionalista extinguiu-se com o fracasso defini-

tivo do pan-arabismo de Gamal Abdel Nasser, enterrado por Anwar Sadat. A mudança completa para posições pró-imperialistas na década de 90 deu sobrevida ao regime despótico. Os Estados Unidos suspenderam o isolamento econômico da Líbia, as multinacionais tiveram abertas as fronteiras líbias e o petróleo jorrou livremente para os condutos europeus. As conseqüências para as massas e para a economia nacional foram catastróficas. Os problemas fundamentais do país semicolonial, encobertos pelos anos de nacionalismo, se manifestaram sob o despotismo pró-imperialista. A burguesia mundial estava contente com a ditadura de Kadafi, que rompeu com o Irã, assumiu a política norte-americana de combate ao terrorismo, aceitou bloquear a corrente imigratória de africanos para a Europa, entregou para os Estados Unidos o seu programa nuclear, esperando em troca recebimento de armas e passou a usar os recursos provenientes do petróleo em negócios especulativos sediados nas potências.

As posições pró-imperialistas de Kadafi incentivaram uma resistência do nacionalismo islâmico. A resposta foi violenta. Portanto, há precedentes ao movimento atual. Nisso o regime de Kadafi não se distingue do de Mubarak. A particularidade da ditadura de Kadafi está em que não permitiu constituir uma fração de políticos, de burocracia e de militares organicamente submetida aos Estados Unidos ou a qualquer uma das potências. Parece ser correto que Kadafi restringiu as Forças Armadas e assentou o regime em forças especiais controladas por seus filhos e por oficiais ligados às tribos afins. Essa estrutura de poder dificultou a penetração da política militar do imperialismo no interior do Estado.

Se não é viável depor Kadafi por forças do próprio regime que se desintegra – como ocorreu no Egito –, a via que lhe resta é cooptar a direção do levante ou parte dela. Caso tenha êxito, a revolução democrática será estrangulada no nascedouro. Os pronunciamentos de líderes sobre o consentimento para que os Estados Unidos estabeleçam uma “área de exclusão aérea” são um sintoma da infiltração dos agentes da contra-revolução internacional nas entranhas da revolução. Nesse sentido, as declarações contrárias ao envio de tropas terrestres, não mudam nada. O financiamento e o abastecimento de armas ao movimento pelo imperialismo resultarão em condicionamentos políticos na formação de um novo governo.

Kadafi está acuado pelo avanço da oposição armada e pela pressão do imperialismo. Não pensou duas vezes em reclamar da traição da burguesia norte-americana e européia. Recorreu ao perigo do terrorismo. Acusou a Al Qaeda de estar por trás da insurgência. Mas já é tarde para os Estados Unidos negociarem por cima da revolução o seu fim. A proposta de Hugo Chávez de instituir uma comissão da “comunidade internacional” para apurar o que se passa na Líbia e promover uma mediação foi simplesmente desprezada. No Conselho de Segurança da ONU, não foi possível aprovar a intervenção militar, por meio da “área de exclusão”. Mesmo assim, as potências se lançaram aos preparativos. A enorme campanha da imprensa em torno dos refugiados e das mortes de civis sinaliza a necessidade do imperialismo de criar as condições públicas para justificar uma ação militar. Direitos Humanos e ajuda humanitária são

as bandeiras que envolvem o militarismo e o intervencionismo imperialistas.

O marxismo-leninismo-trotskismo apóia o movimento revolucionário das massas em armas. Rechaça a interferência da burguesia mundial. Defende que se expulsem do levante as posições favoráveis à intervenção do imperialismo e que se afugente os ratos que saltaram para dentro da revolução. A revolução democrática está limitada pela ausência de uma direção proletária. Sem que se resolva essa ausência não será possível que a revolução triunfe. As massas sem sua direção proletária, no entanto, estão fazendo uma valiosa experiência

Manifesto do POR de 23/02/11

Declaração do Partido Operário Revolucionário sobre a crise revolucionária na Líbia

As informações sobre os confrontos entre o regime do coronel Muammar Kadafi não são precisas. Organismos internacionais estimam “mais de 500 mortos”. O porta-voz do governo, Saif al-Islam, filho do ditador, reconheceu a jornalistas “pelo menos 300 pessoas, incluindo 58 militares.” Se de fato ocorreram baixas nas forças de repressão, não é destituído de sentido a proclamação de Saif de que está em curso uma guerra civil. O que implica não apenas a sublevação popular, mas também uma divisão no exército.

As notícias sobre deserção de soldados e de proclamação para que as Forças Armadas se coloquem do lado do levante indicam que se abriu uma crise revolucionária na Líbia. Tem sido confirmado a renúncia de diplomatas de seus cargos e pronunciamentos contra a violência da repressão. O abandono do cargo de ministro do Interior da Líbia, pelo general Abdul Fatah Yunis, portanto da autoridade responsável pela defesa policial e militar do regime, expôs uma cisão significativa. Caso Kadafi conserve o comando de parte do exército, a possibilidade do conflito se transformar em guerra civil está colocada.

O fato, se confirmado, de que parte do território do País está sob o controle dos insurretos aumenta a possibilidade de enfrentamentos armados. O objetivo anunciado se concentra na destituição de Kadafi, que controla o Estado desde 1969.

Nesses 42 anos de governo, o ditador passou por mudanças políticas. Ascendeu ao poder liderando um golpe militar contra a monarquia e assumiu posições nacionalistas. O seu principal feito se resumiu na nacionalização do petróleo. O imperialismo o acusou de patrocinar o terrorismo árabe. Armou-se o cerco econômico nos anos 80 – inclusive os Estados Unidos atacaram militarmente o País sob a alegação de que estavam destruindo campos de treinamento de terroristas. Agravou-se o choque com as potências com a explosão de um avião comercial em 1988. A ONU apertou o cerco econômico. Nos anos 90, Kadafi fez uma virada de adaptação às exigências do imperialismo. Abandonou o nacionalismo militar inicial. Abriu as fronteiras nacionais para as multinacionais, interessadas na riqueza petrolífera. Realizou privatizações como gesto de aproximação com as potências. Em fins de 90, estava resolvida a pendência

com os métodos da revolução social. É por essa via que se destruirá o regime despótico e se constituirá um governo revolucionário.

A luta internacional do proletariado em defesa do levante popular na Líbia se guia pelo programa da revolução e ditadura proletárias. As revoltas contra os regimes ditatoriais não improvisarão uma direção marxista-leninista-trotskista que se organiza no processo histórico de construção do partido, mas colocarão para as massas e a vanguarda em luta a sua necessidade. E, no plano mundial, nos permite tirar as lições para trabalhar pela revolução anti-imperialista e anticapitalista.

em torno da extradição de dois militantes que praticaram o terror e da indenização das famílias atingidas. O ditador encontrou na Itália – um de seus colonizadores, de 1911 até a 2ª Guerra Mundial – um ponto de apoio para se promover junto às potências.

A virada do nacionalismo para o pró-imperialismo implicou para a Líbia não apenas a abertura da economia para o capital multinacional, mas também rupturas políticas e ações repressivas contra a população. Rompeu com o Irã e passou a combater os adeptos do “fundamentalismo islâmico”. Tem no Movimento dos Mártires Islâmicos um de seus adversários internos mais duros. Kadafi atendeu ao ultimato de governos europeus de bloquear os imigrantes africanos. A União Européia e, particularmente a Itália, impôs um acordo de controle de fronteira e financiou a ditadura de Kadafi na compra de sofisticados radares, instalados nas costas marítimas da Líbia.

O levante que eclodiu em Benghazi avançou para outros centros urbanos, configurando uma insubordinação generalizada. O fato das Forças Armadas terem agido como se estivessem em guerra civil expressa o esgotamento do regime político. O mesmo se depreende da resposta das massas que procuram armas para resistir e avançar. A possibilidade de quartéis abrirem arsenais está colocada. A informação de que chefes tribais estão apoiando a revolta, se confirmada, certamente potencializará as tendências de guerra civil.

Os Estados Unidos, por enquanto, se limitaram a condenar as mortes e a aconselhar Kadafi a não provocar um massacre. Os interesses norte-americanos na Líbia não são poucos. Diferentemente do caso do Egito, a Casa Branca não tem controle direto da casta militar. O ditador estava em plena política de colaboração com as potências quando um vigoroso movimento iniciado na Tunísia abarcou vorazmente o Egito e explodiu na Líbia.

O chão árabe, do Norte da África ao Oriente Médio, vem sendo sacudido com o terremoto social. Caracteriza-se como revolucionário em razão de se chocar com ditaduras burguesas, controladas por familiares e utilizadas para toda sorte de privilégios de uma casta que parasita o Estado.

O regime de Muammar Kadafi não foge a essa regra. Seu

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

passado nacionalista não o isenta dessa condição. Pelo contrário, demonstra a impotência do nacionalismo burguês e sua inevitável conversão em pró-imperialista.

Por ser um regime mais fechado que o do Egito, na atual circunstância, está difícil identificar as forças sociais em luta e divisar as direções burguesas e pequeno-burguesas. Não há uma direção proletária e revolucionária. Essa é uma certeza. Nela reside a chave do levante e da revolução democrática. O Egito acaba de confirmar que sem o programa da revolução e ditadura proletárias não é possível triunfar a revolução democrática. Mas o movimento pode avançar mais ou menos na tarefa de liquidar a ditadura por meio da ação direta e de sua forma insurrecional mais elevada. Caso as massas líbias se apossassem das armas, estarão muito mais à frente que as massas egípcias. A sublevação ganhará consistência e se projetará após a queda de Kadafi se estiver armada e se se organizarem coletivamente no terreno próprio da classe operária.

O temor do imperialismo no Egito se concentrou exatamente no perigo de as Forças Armadas continuarem identificadas com o regime que sustentou por longos anos. Também no Egito se derramou sangue, mas pelas armas da polícia e da milícia paramilitar. Não por acaso, a imprensa não destacou com a devida ênfase as mortes no Egito como está destacando agora na Líbia. É necessário rechaçar a intervenção do imperialismo nos acontecimentos. A ausência de bandeiras antiimperialistas nos levan-

tes expõe a debilidade da luta democrática contra as ditaduras.

O Conselho de Segurança da ONU aprovou, no dia 23, uma moção condenando as mortes e pedindo o fim da violência. A intenção era de convocar o Conselho dos Direitos Humanos para aprovar uma diretiva. Essa é uma das vias pelas quais o imperialismo atua por cima dos países semicoloniais.

O Brasil tem servido de caixa de ressonância para o intervencionismo. O novo chanceler brasileiro foi colocado na tribuna internacional para expressar a mudança das diretrizes da política exterior de Dilma. Condenamos esse papel de capacho do imperialismo assumido por Dilma Rousseff. O objetivo do imperialismo não é o de evitar o banho de sangue, haja vista os genocídios praticados no Iraque e no Afeganistão e o apoio a regimes autocráticos como o de Mubarak. Mas sim o de impossibilitar que as massas derrubem a ditadura pela via revolucionária, que inclui o seu armamento, único caminho para combater a violência reacionária do regime apodrecido.

O POR declara apoio à revolta popular. Pelo fim do regime reacionário! Abaixo a ditadura de Kadafi! Que os militares insubordinados abram o arsenal do exército! Resistir ao massacre, armando-se! Constituir organismos de poder das massas em luta! Por um governo revolucionário de operários, camponeses e classe média pobre!

Viva o levante popular na Líbia!

23 de fevereiro de 2011

Manifesto do POR de 27/02/11

**Que as massas em armas tomem o poder na Líbia!
Que varram a ditadura feudal-burguesa de Kadafi!
Que constituam um governo revolucionário!
Que coloquem a economia sob o controle da classe operária e dos demais explorados!
Que rechacem a intervenção do imperialismo!**

Em onze dias de choque das massas contra Kadafi, a situação da crise clareou. A maioria da população líbia não mais suporta os retrocessos econômicos e sociais. O levante que vem se generalizando do leste para o restante do País não deixa dúvida de que expressa um basta à ditadura feudal-burguesa da família Kadafi e dos chefes tribais que tiveram privilégios garantidos nesses mais de 40 anos de governo. A matança de manifestantes indica que a ditadura esgotada pugna por sobreviver e garantir os privilégios de casta permitidos pelos recursos petrolíferos.

O imperialismo foi tomado de surpresa – assim como na Tunísia e Egito. A rapidez com o governo começou a se desintegrar golpeado pela onda crescente de sublevação não permitiu uma rápida ação dos Estados Unidos. Mas, nesses últimos dias, a ONU estabeleceu uma diretiva para intervir. Procura coordenar uma ação do imperialismo. A resolução aprovada no Conselho de Segurança se limita a sanções específicas a Kadafi e a seu governo. A proposta de criar uma zona de exclusão militar não prosperou, mas pode vir a prosperar. As potências têm um plano de ação militar pronto, cujo arquiteto são os Estados Unidos, que bombardearam o Líbia em 1986.

Resguardados pela máscara de Defesa dos Direitos Humanos, os colonialistas usam o seu poder armado para decidir o

destino dos países insubordinados ou que estão por se insubordinarem. O fuzilamento da população desarmada tem servido ao imperialismo para justificar uma possível ingerência direta e para decretar o fim do reinado de Kadafi. É decisivo para a revolução democrática em marcha que os sublevados rejeitem a “ajuda” do imperialismo e que o proletariado mundial se manifeste contra o intervencionismo da ONU, dos Estados Unidos, da UEE e de todos que se alinham por detrás das potências.

O povo líbio em armas está respondendo aos ataques da fração militar leal a Kadafi, das milícias e dos mercenários com o método insurrecional e com a criação de organizações independentes. Nenhuma força externa que não seja a do proletariado internacional deve ser admitida. As potências expressam os interesses econômicos das petroleiras e do capital financeiro. Coordenam-se sob o teto da ONU para defender a ordem capitalista. Os Direitos Humanos e a democracia das potências, portanto, estão a serviço da opressão nacional e social.

É necessário, também, rejeitar a posição do estalinismo e do castro-estalinismo que lançaram a suspeita de que por trás do levante está o imperialismo e a reação tribal, e que por isso saem em defesa, mais ou menos aberta, da ditadura de Kadafi. Trata-se de falso argumento. O regime de Kadafi há muito abandonou o na-

cionalismo e assumiu posições pró-imperialistas. Afastou-se das massas líbias que o apoiaram no golpe de 1969 e o acompanharam no seu feudal-capitalismo por muito tempo. Um dos fatores fundamentais por trás do levante é a política entreguista e venal da autocracia de Kadafi. Ao contrário de defender a ditadura de Kadafi em nome da luta contra o imperialismo, como faz o estalinismo, está colocado para o movimento a sua constituição em frente única antiimperialista, que expresse a independência de classe e a unidade das massas contra o regime opressor.

Sem dúvida, vieram à tona as contradições históricas do capitalismo atrasado e semicolonial. A preservação de relações econômicas e sociais tribais, o peso extraordinário do petróleo e a penetração das multinacionais nos últimos dez anos irromperam-se em suas contradições na forma de rebelião contra um regime político arcaico que não permite o desenvolvimento das forças produtivas. Não há, certamente, que desconhecer as manifestações tribais e a possibilidade de fragmentação da Líbia, o que seria uma volta negativa ao passado.

Sob a centralização despótica de Kadafi, a Líbia conheceu avanços capitalistas, mas cujo alcance não logrou extirpar o tribalismo e nem libertou o País da condição semicolonial. Essa centralização entrou em choque com a necessidade de derrubar os obstáculos que bloqueiam o avanço econômico e social. Mas quem deve resolver as contradições são os líbios. A intervenção do imperialismo e a constituição de um novo governo atrelado à burguesia mundial resultariam no contrário dessa tarefa. Temos inúmeros exemplos, mas bastam os bombardeios da OTAN na crise separatista do ex-Iugoslávia, submetida ao processo de restauração capitalista.

Uma das preocupações dos Estados Unidos é que não houve tempo para penetrar no seio do regime, como ocorreu na maioria das autocracias árabes. No Egito, a intervenção norte-americana se deu por meio das Forças Armadas. Evitou-se que o exército se lançasse contra as massas para salvar uma ditadura moribunda – isso depois dos insurretos, diante de seus mortos, indicarem que estavam dispostos a tombar em luta – e se organizou uma saída contra-revolucionária por meio de um golpe palaciano. A oposição burguesa se identificou e se apresentou como alternativa para quebrar a marcha da revolução democrática.

E na Líbia em que não se vive essa dinâmica? O imperialismo tem o plano de invadir o país em caso de imperante necessidade e impor um governo fantoche. Essa via não é fácil, uma vez que no fundo da rebelião está a opressão nacional. O mais provável é que influencie forças burguesas e pequeno-burguesas a constituírem um governo que carregue o germe da submissão. As notícias ainda não permitem identificar a oposição anti-Kadafi do movimento. Há esperança do imperialismo que surja uma cisão no interior do regime, que inclua militares e burocratas. Um golpe palaciano seria bem vindo. Muitos ratos saltaram do navio que naufraga – diplomatas, ministros e representantes governamentais. Ao imperialismo interessa que caia Kadafi e seu clã, mas que se preserve parte do regime. Assim, se evitará a constituição de um governo saído da revolta, contraposto ao velho regime. Governo que poderia expressar o movimento revolucionário, embora sendo burguês ou pequeno burguês.

O drama da revolução democrática na Líbia é o mesmo que o estampado nos acontecimentos da Tunísia e do Egito: não há o partido revolucionário. O movimento revolucionário demo-

crático se esgota na remoção do ditador e se estanca na soleira do Estado burguês. Na Tunísia, o ditador fugiu com a conivência de seus homens que em parte permaneceram no poder. No Egito, um golpe interrompeu a revolução. Contou para isso com a conivência da direção burguesa e pequeno burguesa.

Impuseram-se as leis da história. Na etapa última do capitalismo, que é a imperialista, não há mais lugar para revoluções burguesas. A revolução democrática, própria dos países semicoloniais, é parte da revolução proletária. As tarefas que se colocam, as quais a burguesia nacional não cumpriu, serão resolvidas pela classe operária, apoiada na maioria oprimida. É fundamental a estratégia da tomada do poder e a constituição do governo operário e camponês. Somente com a conquista do poder e instalação da ditadura do proletariado, a revolução democrática triunfará. Caso contrário, será estrangulada por um governo incapaz de enfrentar o imperialismo, conquistar a independência nacional, entregar as terras aos camponeses, atacar a miséria e transformar a estrutura econômica. Entre essas tarefas democráticas se encontra a necessidade da Líbia de extinguir o tribalismo e o divisionismo, substituindo-os pela unidade nacional.

O despotismo do regime de Kadafi manteve a Líbia unida à base da força. As mudanças econômicas e o desenvolvimento capitalista mantiveram o País no mais profundo atraso, de forma que não poderiam desencadear um processo de extinção dos restos tribais e do patriarcalismo. O nacionalismo foi uma arma utilizada por Kadafi para viabilizar o regime centralizador, mas no momento em que fez a virada para o imperialismo e abriu as portas para o capital internacional indicou seu esgotamento.

Não por acaso a onda revolucionária que ganhou corpo do Norte da África ao Oriente Médio se forma na situação da crise mundial capitalista. O movimento democrático das massas conflita com a dominação estrangeira, particularmente com a dos Estados Unidos. Mas não tem como avançar sem a direção revolucionária. Não obstante, sem dúvida, abre caminho para colocar as tarefas antiimperialistas e anticapitalistas. Nisso está toda a sua progressividade.

Diante desses acontecimentos, nos damos conta do significado da destruição das conquistas da revolução russa, chinesa, vietnamita, do Leste Europeu e cubana ainda em curso. Destruição essa que implicou a destruição da III Internacional por Josef Stálin, por sua camarilha e pelos partidos comunistas estalinizados. O proletariado líbio, mesmo incipiente, caso estivesse organizado no partido marxista-leninista-trotskista, juntamente com a maioria explorada, se apoiaria no proletariado mundial para transformar a revolução democrática em socialista.

A enorme vantagem do imperialismo – e nisso reside sua tranquilidade – está em que a revolta popular não está sendo conduzida pela estratégia da revolução e ditadura proletárias. A desvantagem está em que o movimento democrático revolucionário das massas – e esse é seu maior temor – se contrapõe a sua dominação e abre caminho para a vanguarda se elevar à altura histórica de construir o partido e reconstruir a IV Internacional. No Brasil, trabalhamos pela construção do POR. A melhor maneira da classe operária, dos demais explorados e da juventude apoiarem a revolução na Líbia se encontra na defesa do programa.

Viva o levante líbio! Abaixo a regime despótico de Kadafi. Fora o intervencionismo imperialista! Superar a crise de direção construindo o Partido Mundial da Revolução Socialista!

Manifesto do POR de 01/03/11

Fora a intervenção do imperialismo na revolução! Pela autodeterminação da Líbia! O destino de Kadafi pertence apenas ao povo líbio! Que o governo de Dilma rompa com a farsa dos Direitos Humanos ditada pelos Estados Unidos!

A decisão do imperialismo de intervir na guerra civil da Líbia evolui rapidamente. É preciso que o proletariado, os demais explorados e a juventude mundial levantem a bandeira de *Fora o imperialismo da revolução democrática na Líbia!* Quem deve derrotar a ditadura de Kadafi e decidir sobre o seu destino são as massas em luta. Que a revolução não aceite nenhuma “ajuda” das potências e que não se apóie em nenhuma decisão do imperialismo. Por trás delas, vem a dominação sobre os países semicoloniais.

Os Estados Unidos e o bando de carnívoras que os segue não ajudam ninguém! Militarizaram o mundo para manter a ordem internacional do capitalismo putrefato. Combateram o Kadafi nacionalista até curv-lo. Passaram a sustentar o seu despotismo pró-imperialista. Agora, querem controlar a revolução democrática. Precisam de um novo governo fantoche manietado pela Casa Branca. A intervenção dos Estados Unidos conta com a unanimidade da Inglaterra, França, Alemanha e Itália. Um cerco à Líbia e a influência dos Estados Unidos na derrubada de Kadafi estrangulam a revolução democrática no seu nascedouro. Não pode haver transformação revolucionária com a interferência do capital monopolista. O imperialismo expressa o capitalismo apodrecido e voraz. Usa sua força econômica e militar para manter as nações semicoloniais submetidas. A ofensiva dos Estados Unidos contra o governo de Kadafi se encontra no lado oposto ao do levante popular e ao da bandeira de fim do despotismo.

A revolução em marcha deve responder claramente: quem decide sobre a legitimidade ou não do governo Kadafi somos nós líbios. Não queremos suas armas! Repudiamos suas medidas de cerco econômico e financeiro. Não nos enganamos com a sua bandeira de Direitos Humanos embebida de sangue do povo iraquiano e afegão. Não nos enganamos com a sua bandeira de Direitos Humanos alimentada pela fome e miséria de africanos, latino-americanos, asiáticos. Não nos enganamos com a sua bandeira de Direitos Humanos defendida com as Frotas Marítimas, com a mortífera Força Aérea e com os marines. Vocês, imperialistas, não obtiveram na ONU acordo unânime de criar a zona de exclusão e de cercar militarmente a Líbia, no entanto já estão implementando-os. Enquanto os seus serviços, entre eles o governo de Dilma Rousseff, aceitavam fazer parte de uma frente única imperialista sob a bandeira dos Direitos Humanos, vocês, potências, estavam muito à frente com os preparativos intervencionistas. Enquanto seus serviços faziam discursos sobre direitos universais, vocês, imperialistas, movimentavam seus navios de guerra e preparavam os caças para os

bombardeios.

A Itália que se valeu do petróleo líbio e do acordo de bloqueio do fluxo migratório cumprido por Kadafi acatou, sem mais nem menos, a exigência dos Estados Unidos para romper o acordo de não agressão. Prepara-se para a tal da “eventualidade”. Kadafi reclamou que seus amos o abandonaram. Que tinham um objetivo comum de combater o terrorismo. Que a Líbia vinha cumprindo com os seus deveres perante as potências. O ditador, assim, se sente traído pelos seus amos.

O imperialismo se serve dos governos indistintamente da forma de regime. Os mais talhados à função de títeres são os autocratas. São os Mubaraks. Kadafi abandonou o nacionalismo para sobreviver como governo pró-imperialista. Diante do levante, não ouviu a ordem de Hillary Clinton para que deixe o governo antes que a revolução avance e vá mais além do que espera o imperialismo. Os Estados Unidos o abandonaram para influenciar os acontecimentos. Sustentar o ditador significaria colocar nas mãos dos sublevados a bandeira antiimperialista. O imperialismo não traiu Kadafi. O imperialismo tão-somente não precisa mais de Kadafi. O pior que pode acontecer na Líbia, para o imperialismo, é emergir da revolução um governo nacionalista que incentive o ódio antiimperialista das massas. Os Estados Unidos estão prontos para intervir contra essa possibilidade e por constituir um governo dócil e capaz de usar contra a revolução a autoridade emanada do levante.

A burguesia norte-americana e seu bando de corvo europeu intervêm para que a sublevação não tenha uma solução sem a interferência do imperialismo. A reclamação do governo brasileiro de que “a proteção dos direitos humanos não deve servir de pretexto para ações unilaterais sem o apoio da comunidade internacional” é uma imbecilidade. É um sinal de covardia. As ações unilaterais já estão em andamento. Não há política de direitos humanos em geral. É necessário que os explorados rechacem o alinhamento do governo brasileiro por trás da diretriz dos Direitos Humanos concebida pelos Estados Unidos.

A intervenção do imperialismo não põe em risco o regime de Kadafi, mas sim a revolução. Defender a revolução é defender a autodeterminação da Líbia frente ao imperialismo. É defender a constituição de um governo revolucionário que exproprie o capital monopolista e que o coloque sob o controle operário e dos demais explorados.

Viva a revolução na Líbia!

Abaixo o intervencionismo imperialista!

Governo Dilma/PT/PMDB/ PDT/PSB/ PCdoB: Política econômica antinacional e antipopular

Qualquer que seja o governo burguês nos países semicoloniais, não tem liberdade para traçar a política econômica que desejar. Os condicionamentos do imperialismo e os interesses particulares dos grandes grupos nacionais não a permitem. Certamente, haverá nuances entre um e outro governo, a depender das pressões sociais e da orientação partidária.

A imprensa tem assinalado com admiração a diferença entre Dilma e Lula. Havia o temor de que o caudilho continuasse seu governo por intermédio da sucessora que por si só não se elegeria. No entanto, Dilma surpreendeu com ares de independência perante o lulismo. Parece que está em condições de evitar cisões internas em torno da política econômica, que começaria pelas divergências na entranha do PT. É o que assinalou o quase monolitismo na votação do salário mínimo. No senado, até mesmo o afoito Paulo Paim se enquadrou, curvando-se diante da ameaça de que qualquer insubordinação seria considerada “dissidência”, cuja implicação implícita é a de não mais contar com apoio do governo para alimentar seu carreirismo. O PMDB produziu o milagre de dar 100% dos votos para os R\$ 545.

Antecipando a pantomima do salário mínimo que se desenvolveria no circo do Congresso Nacional- com a burocracia sindical rebaixando os R\$ 580 para R\$ 560, o PSDB abandonando a demagogia dos R\$ 600 -, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, apresentou um pacote de corte orçamentário de R\$ 50 bilhões. A aclamação burguesa foi quase geral. O ministro de Lula – recordemos - se destacou pela tese do desenvolvimentismo e pelas críticas à política fiscal restritiva, que o FMI avia para as economias semicoloniais devedoras. Não é que o homem virou a casaca! O aplauso de setores da burguesia tinha mesmo de ser caloroso. Quem esperava um conflito entre o antigo ministro da Fazenda e o “novo” presidente do Banco Central, Alexandre Tombin, ficou desconcertado.

Antes do pacote de Mantega, Tombini retomou a velha prática de elevar a taxa de juro Selic (10,75% para 11,25%) e restabeleceu o recolhimento do compulsório a bancos de 60%. A volta da elevação das taxas de juros, do gigantesco compulsório e da contenção do reajuste do salário mínimo objetiva desacelerar a economia. Em virtude de quê? Das pressões inflacionárias. Mas as razões são mais amplas – em virtude da necessidade de sustentar a alta remuneração dos credores da dívida pública e de garantir o superávit primário para pagar a fantástica soma de juros.

A implicação imediata foi a de encarecer o crediário e reduzir o volume moeda disponível a empréstimos. Espera-se uma redução de consumo baseado no endividamento. O recolhimento compulsório funciona como defesa do capital financeiro que se vê em dificuldades com o excesso de liquidez, porém aumenta o endividamento público. Lembremos que na crise de 2008/2009 o governo de Lula liberou parte do compulsório devido à escassez de divisas e a necessidade de evitar uma queda profunda da economia.

A Selic vinha sendo desvalorizada a conta gota como sinal de que havia crescimento sem inflação e de que correspondia à

diretriz de promover o consumo com o endividamento crescente da população. E o salário mínimo ganhava alguns percentuais acima da inflação controlada pela meta de 4,5% ao ano. A bandeira de Lula era a de crescer e crescer, embora se estime que a média de seus oito anos de mandato não ultrapasse 4,5% do PIB, o que agora já não é mais possível. Caso Lula tivesse um terceiro mandato, estaria fazendo o mesmo que Dilma. Uma prova: no final de seu mandato, estipulou o salário mínimo de R\$ 510 para R\$ 540 e diante da insistência da Força Sindical querer R\$ 560, o ex-presidente o chamou à razão cobrando um acordo de reajuste selado em seu governo com as Centrais, não medindo para isso a qualificação de “oportunistas”. Como se vê, Lula continua nos bastidores do governo, mas com a política econômica de Dilma.

Os R\$ 545 puseram abaixo a hipócrita “política de valorização do salário mínimo”. Cerca de 50 milhões de brasileiros serão afetados por esse salário de miséria e fome. Trata-se de um ataque direto às necessidades operárias e populares.

Os comentaristas se dividiram quanto ao corte de R\$ 50 bilhões. Uns acham suficiente, outros insuficiente. Há quem diga que o governo não cumprirá. O curso da crise é que responderá aos defensores e aos desafetos do governo. O fundamental é que se trata de uma medida de ataque à economia nacional, aos empregos e aos serviços públicos. Nesse ponto central, todos silenciam. Quando dizemos ataque à economia nacional, referimo-nos à contenção do crescimento econômico e sustentação do parasitismo financeiro, em cuja base se encontra o capital imperialista. Trata-se de uma medida antinacional.

É sabido que boa parte da inflação é importada. Vem de fora com a desvalorização do dólar e com a conseqüente sobrevalorização artificial do real. O ministro da Fazenda parou de reclamar da gigantesca emissão de dólares pelo Banco Central norte-americano e da “guerra comercial” alimentada pelo rebaixamento dos preços das mercadorias dos Estados Unidos, acompanhado pela China, causado pela manipulação da moeda. E por quê? Porque se curvou diante da política econômica do imperialismo de descarregar a crise mundial sobre as semicolônias.

Mas o problema não pára por aí. A especulação no mercado futuro de commodities é descarada. Os preços dos alimentos sofrem enorme influência do seu controle pelo capital financeiro. A agroindústria vem ganhando muito. A balança comercial do Brasil conta com sua participação majoritária. O que quer dizer que os preços internos dos alimentos e matérias primas são determinados pelo mercado mundial comandado por oligopólios.

Como se pode notar, Dilma “mudou” a política econômica em função das imposições da crise ainda em desenvolvimento e das pressões do imperialismo e do grande capital interno. Lula pôde fazer dispêndios em tempos de vacas gordas. Dilma faz contenção em tempos de vacas magras. Em ambas as situações, tem-se a política econômica de fomentação do grande capital, em detrimento da vida das massas. Certamente, o governo Lula teve como alimentar as ilusões de que o Brasil caminhava para diminuir o precipício que separa a ultraminoria rica da imensa maioria pobre e miserável. A conjuntura lhe permitiu endividar

a população e praticar o assistencialismo, bem como “valorizar” o salário mínimo, mas não iniciar um processo de eliminação da miséria e de “redução das disparidades sociais”. Os ricos se fizeram mais ricos, o que impossibilitou que os pobres ficassem menos pobres.

A mixórdia do economês oficial não tem como obscurecer a brutal exploração do trabalho. A partir da eclosão da crise mundial, já não é mais possível o lulismo. O caudilho deixou de ser o comandante da política do Estado burguês na hora certa.

O problema fundamental se concentra nos ataques que começaram a ser desfechados aos explorados com o salário mínimo de R\$ 545. As Centrais sindicais e a maior parte dos sindicatos se acham estatizados. A política de colaboração da burocracia sindical é a trava que terá de ser quebrada. Enquanto a classe operária aturar em seus ombros a burocracia parasitária, o governo Dilma/PT/PMDB/PDT/PSB/PCdoB terão as mãos livres para tomar decisões antinacionais e antipopulares. A política sindical da burocracia faz parte da política econômica geral da classe capitalista.

Com o aperto da crise e com a virada da política econômica, a burocracia também não mais nadará em um mar de facilidades. Dilma não terá como fazer concessões. E os explorados sentirão a mão pesada do governo. Uma virada na situação política está por vir. Trata-se de se preparar para uma possível mudança nas relações de classe. O Partido Operário Revolucionária combate com o programa de defesa da vida das massas e da revolução social, antiimperialista e anticapitalista.

Raciocínio matreiro para um reconhecimento verdadeiro

O que importa para esse artigo é o fato do comentarista econômico Carlos Alberto Sardenberg expor valores do salário mínimo e as suas implicações na economia. Suas opiniões reacionárias são mais do que conhecidas. No artigo *Estupidez constitucional*, questiona a validade de se levar a questão do critério de reajuste salário mínimo para o Supremo Tribunal Federal.

Explica: “Ocorre que qualquer dos três valores em discussão (R\$ 545, R\$ 560, ou R\$ 600) é inconstitucional, na letra da lei”. Então o melhor para a burocracia sindical e para a oposição é não adentrarem por essa seara. Sardenberg ensina o padre nosso para o vigário, transcrevendo o art. 7º da Constituição em que se codifica o princípio de que o salário mínimo nacionalmente unificado terá de ser capaz de atender às “necessidades vitais do trabalhador e de sua família”, sendo reajustado periodicamente de forma a que seu valor seja preservado. Portanto, as três posições sobre o salário mínimo violam a Carta Magna.

É preciso acrescentar que a proposta de reajuste de 62% sobre os R\$ 510, que resulta em R\$ 826,26, apresentada pela Central Sindical e Popular – Conlutas (PSTU) e Intersindical (PSOL) também não correspondem ao espírito da lei. Se fosse para levar a sério a Constituição, o salário mínimo deveria ser mais que o triplo do valor apresentado pela esquerda centrista e mais que o quádruplo do aprovado no Congresso, segundo o valor levantado por Sardenberg. Eis o que diz: “Estimativas até moderadas indicam que o salário mínimo constitucional deveria alcançar algo como R\$ 2.500.” Sendo assim, partindo do governo, passando pelo PSDB, atravessando a CUT/Força Sindical e chegando à Central do PSTU, tem-se a violação geral do direito constitucional de todo assalariado não receber abaixo das necessidades

vitais de sua família (estimada em 4 pessoas)

Sardenberg prossegue em seu comentário, mostrando que o salário médio das principais regiões metropolitanas do país, portanto as mais desenvolvidas, “chegou aos exatos R\$ 1.515,10”. Ora, se comparado com o salário mínimo vital de R\$ 2.500, chega-se à conclusão de que a esmagadora maioria da população não está coberta pelo que estipula a Constituição. Nas palavras de Sardenberg: *Ou seja, o “salário mínimo constitucional” é quase 70% superior ao salário médio efetivamente pago na economia real.*

Para chegar onde pretende, o comentarista brinca com raciocínio. Se o STF resolvesse aplicar a lei, seria uma “festa nacional” para os trabalhadores. Deixemos de lado a elucubração de Sardenberg sobre o salário mínimo regional. Vamos ao principal: um salário mínimo de R\$ 2.500 quebraria a economia e a capacidade financeira do Estado. Faz as contas: “Considerando que cada real a mais no salário mínimo representa uma despesa anual de R\$ 300 milhões só para o governo federal – 23 milhões de aposentados e pensionistas recebem por esse piso – o custo daquele reajuste, partindo dos atuais R\$ 545, seria de nada menos que R\$ 586 bilhões. Comparando: a despesa prevista pelo governo federal neste ano – para tudo, incluindo salários, Previdência, custeio e obras – é de R\$ 720 bilhões.” Sardenberg lança novas contas. O governo teria de aumentar os impostos em 80% ou faria “uma dívida monstruosa”. Tudo isso, portanto, para aconselhar o governo e os parlamentares a tornarem a Constituição realista. Haveria de eliminar da Constituição o conceito de salário mínimo vital e a condição de piso nacional.

A compatibilização da Carta Magna com um salário mínimo passível de ser praticado pelo capitalismo não é senão reconhecer a compatibilização da força de trabalho de milhões (da ativa e aposentados) com a miséria e a fome. Certamente, Sardenberg fez o raciocínio matreiro por nada. A Constituição não precisa ser cumprida no seu art. 7º. Nenhum tribunal vai determinar que se aplique as duas propriedades fundamentais do salário mínimo. Os juízes somente cumprem a Constituição no que tem de defesa da propriedade privada e das relações capitalistas de exploração do trabalho. Mas para ganhar o seu gordo salário de comentarista burguês foi obrigado a mostrar que conservadoramente o salário mínimo deveria ser de R\$ 2.500.

Rejeitar o raciocínio burguês sobre o salário mínimo

Em nossos cálculos, o valor necessário para uma família operária viver dignamente é de R\$ 3.824. Mesmo com R\$ 2.500, não se estaria cumprindo o preceito de salário mínimo como valor que atenda “as necessidades vitais básicas”. Um reformista poderia dizer que bastaria um reajuste de 62% para se ter um progresso enorme em relação aos cerca de 6% aplicados pelo governo Dilma. E se dobrasse seria melhor ainda. E assim por diante. Essa posição não está de acordo com a defesa do salário mínimo vital. Embute o princípio capitalista de o quanto a economia suporta e o quanto não suporta. É para isso que Sardenberg chama a atenção com seus cálculos. O que implica admitir que o capitalismo não pode assegurar as necessidades vitais para a maioria da população.

De fato, o piso salarial de R\$ 545 é uma coluna que suporta as relações burguesas de exploração do trabalho. A média salarial de R\$ 1.515,10 das grandes metrópoles se assenta nesse piso. Não esqueçamos que dessa média fazem parte os altos salários

de políticos, juízes, burocratas, especialistas, diretores de empresas, chefes de jornalismo, oficiais das Forças Armadas etc. Mas há ainda uma ampla camada localizada na economia informal que ganha menos de um salário mínimo.

Os baixos salários em toda cadeia produtiva têm a ver com essa unidade de valor que é o baixo salário mínimo. Não por acaso o custo da força de trabalho no Brasil está muito abaixo daquele que se paga nas economias desenvolvidas, ou seja, imperialistas. É vantajoso para as multinacionais explorá-las. A questão do salário mínimo, da pobreza e da miséria das massas está determinada pelo funcionamento do capitalismo e pelo estágio de seu desenvolvimento, bem como pelo nível alcançado pela luta de classes.

Os marxistas defendem o programa de abolição da exploração do trabalho, expropriando a propriedade privada dos meios de produção e transformando-a em socialista. Mas o ponto de partida das lutas está na defesa integral da força de trabalho diante da exploração. O salário mínimo vital faz parte desse ponto de partida. É concebido não apenas como instrumento de preservação da vida das massas no seio da sociedade burguesa mas fundamentalmente como parte do programa de destruição do capitalismo. Está aí por que a sua conquista depende da luta de classes e não das decisões parlamentares.

A direita burguesa atacará a bandeira do salário mínimo vital como loucura dos subversivos. O reformismo a rechaçará com o argumento de que não mobiliza as massas. Esse último é o inimigo mais difícil de combater. Usa a arma da ilusão de que é possível um salário mínimo um pouco acima do vigente. Engana com a idéia de conquistar uma “política de valorização do salário mínimo”. Auxilia a burguesia a canalizar a definição do salário mínimo para o Congresso Nacional e, assim, montar o circo.

Um movimento independente da classe operária, certamente, aproveitará a discussão interburguesa para se projetar e defender o salário mínimo vital. O ponto de vista burguês sobre o salário mínimo vital é de que a economia não suporta e os trabalhadores ficarão ainda mais prejudicados tendo de enfrentar o desemprego. O ponto de vista proletário é de que acima de tudo está a defesa da vida das massas e quanto à quebra da economia responde com o programa de sua transformação em socialista.

Bolsa Família – retrato da hipocrisia burguesa de Dilma Rousseff

O governo peteemedista, depois de decretar o salário-mínimo de fome, fez estrondoso anúncio de reajuste de 19,4% do Bolsa Família. A ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, divulgou que foi uma ordem de Dilma, porque o Ministério havia estipulado um reajuste menor. A propaganda vem no sentido de mostrar que a Dilma do salário mínimo de miséria continua com o “plano de erradicação da miséria”, até o fim de seu mandato.

O Bolsa Família estava com uma defasagem de 9,9%. No último ano de seu mandato, Lula não o reajustou. O que significam 19,4%? Significam que o programa subsidiará a miséria de 12,9 milhões de família (mais de 50 milhões de brasileiros), doando valores de R\$ 32 a R\$ 242 mensais. Na média, o governo despende R\$ 115. O teto de R\$ 242 atinge apenas 0,1% das famílias.

É muito interessante esse plano de erradicação da miséria de Dilma. As “famílias consideradas miseráveis recebiam um

benefício básico de R\$ 68 por mês, independente do número de filhos.” “O valor foi corrigido em 2,9% e subiu para R\$ 70”. (OEstado de SP) Ou seja, Dilma instruiu seu Ministério do Desenvolvimento Social a reajustar em R\$ 2 o valor assistencial aos que vivem abaixo da pobreza. Se isso for o “primeiro passo para erradicar a miséria”, imaginem como deverá ser o segundo!

Os críticos do governo dizem que o reajuste acima da inflação do Bolsa Família tirará da miséria menos de 10%. No critério burguês de miséria, dos 12,9 milhões de família apenas 5,4 milhões são consideradas miseráveis. Assim, os 10% representam 500 mil famílias. Na verdade, o reajuste bondoso de Dilma não retira ninguém da miséria. O fato é que o capitalismo no Brasil arrasta em suas entranhas 50 milhões de miseráveis.

O assistencialismo armado desde o governo de Fernando H. Cardoso (PSDB), “aconselhado” pelo Banco Mundial, FAO/Unicef/ONU, expressa a barbárie. Uma minoria de capitalistas concentra a maior parte da riqueza, uma camada de classe média usufrui de benesses e a imensa maioria está mergulhada na pobreza e na miséria. Trata-se de uma contradição insolúvel nos marcos do capitalismo. As massas estão obrigadas a carregar nas costas os interesses da burguesia nacional conjugados com os da burguesia imperialista. Os cerca de R\$ 12 bilhões destinados ao assistencialismo não é nada diante da miséria crônica. Representa uma diminuta fração do Produto Interno Bruto superior a R\$ 3 trilhões.

A miséria e a pobreza, evidentemente, têm solução, mas não será empunhada por nenhum governo burguês. É preciso atacar a fonte geradora da barbárie social, que se encontra nas relações capitalistas de produção. As condições históricas para transformá-las estão dadas. A propriedade privada dos meios de produção e a apropriação burguesa estão prontas para dar lugar à propriedade social e a apropriação coletiva. A classe que pode assumir essa tarefa revolucionária alcançou o desenvolvimento social necessário – o proletariado. Apoiado na maioria oprimida, principalmente nas massas camponesas, implantará o programa das transformações.

Mas há um fator decisivo que se encontra em estado embrionário – o partido marxista-leninista-trotskista. As condições de putrefação do capitalismo e a impotência da burguesia para superá-las favorecem o entroncamento do movimento instintivo do proletariado com o movimento revolucionário de defesa do programa de reivindicações transitórias. A vanguarda tem o dever, sem medir esforços, para edificar o partido de quadros no seio dos explorados.

As bandeiras que levam à erradicação da pobreza e da miséria se chocam com os pilares do capitalismo. São elas: *FIM DO DESEMPREGO E SUBEMPREGO, DIVIDINDO AS HORAS NACIONAIS UTILIZADAS NA PRODUÇÃO ENTRE TODOS OS BRASILEIROS APTOS AO TRABALHO, OU SEJA, IMPLANTAÇÃO DA ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO; SALÁRIO MÍNIMO VITAL COM ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE; CONTROLE OPERÁRIO DA PRODUÇÃO; ENTREGA DAS TERRAS AOS CAMPONESES; ELEVAÇÃO CULTURAL DAS MASSAS VINCULANDO A ESCOLA À PRODUÇÃO SOCIAL E COMPATIBILIZANDO A JORNADA DE TRABALHO DA JUVENTUDE COM O TEMPO DE ESTUDO.* Esse é o ponto de partida da luta pela erradicação da pobreza e da miséria.

Faltando com a verdade

Os marxistas podem errar e erram, mas não ocultam a verdade. O jornal “O Trabalho” não erra, tão-somente falta com a verdade. Na sua capa, estampa-se “Salário Mínimo: Contra a CUT, governo mantém R\$ 545”.

O que fez a CUT para se contrapor ao governo e ao Congresso controlado pela aliança PT/PMDB? Nada, absolutamente nada! A CUT é um dos pilares de apoio ao governo de Dilma Rousseff. A encenação em torno dos R\$ 580 foi até o momento em que a presidenta disse: agora chega de conversa. A burocracia petista que comanda a CUT enfiou o rabo no meio das pernas. A Força Sindical bancou a polêmica, mas retirou os R\$ 580 e pôs em seu lugar R\$ 560. Valor esse que foi em votação na Câmara Federal.

Formalmente, a CUT (PT), Força Sindical (PDT) e CTB (PCdoB) pleitearam R\$ 580. No entanto, a meta era negociar com Dilma um valor que não fosse nem R\$ 545, nem R\$ 580 – poderia ser R\$ 560. Mas se depararam com o governo que ajudaram a eleger em posição inflexível. A CUT avaliou que não poderia questionar seu próprio governo, anulou-se. A Força pretendeu-se mais ofensiva, mas amenizou-se sob a ameaça de Dilma de retirar o PDT do Ministério do Trabalho.

Querer passar a idéia de que CUT e governo estiveram em lados opostos, é mentir descaradamente. E por que “O Trabalho” falta com a verdade? Porque defendeu o miserável R\$ 580, porque está adaptado ao aparato burocrático da CUT e porque está comprometido até o pescoço com o PT.

Um chamado à reflexão

Em nota interna, acompanhando o artigo “Salário mais que mínimo”, de Misa Boito, “O Trabalho” evoca “Uma reflexão necessária”. Eis a pergunta: “O governo beneficiou os empresários com isenções fiscais, mas não abre mão do acordo para esse aumento pífio do salário mínimo. Esse acordo não é uma armadilha?”

ABC: desemprego continua golpeando a classe operária e demais trabalhadores

A burocracia sindical do ABC, por meio do Sindicato Metalúrgico, mascarou as demissões, nesse início de ano. Diz que o “ABCD cria emprego, mas ainda demite muitas pessoas”. Em seguida, justifica como natural a demissão de trabalhadores temporários. Argumenta que os empregos de final de ano não resultam em contratações com carteira assinada. Assim, a região criou 2.232 empregos em janeiro, mas 27 mil trabalhadores foram demitidos.

Os burocratas se apóiam unicamente na criação de empregos, desconhecendo os milhares que são postos na rua. Pior ainda: os empregos que surgem são com salários mais baixos. Os dados do Dieese indicaram que os novos contratados recebem 90% do que recebiam aqueles que foram demitidos, que estavam de 2 a 3 anos nas empresas. Outro dado alarmante é a brutal rotatividade. O exemplo da indústria química que atinge 30% de rotatividade só fica abaixo da construção civil.

O fato é que o desemprego continua golpeando a clas-

O acordo a que se refere “O Trabalho” é o que aplica a média do crescimento do PIB dos dois últimos anos e a correção inflacionária do ano anterior. Acordo esse que as Centrais selaram com Lula e que Dilma exigiu que fosse honrado. Então a reflexão proposta é se esse acordo é ou não uma armadilha. Qual é a resposta? Sim, é uma armadilha.

A outra parte da reflexão parte do fato de Dilma não abrir mão do acordo que resultou no “aumento pífio do salário mínimo”, enquanto que beneficiou os empresários com isenções fiscais. O que os operários poderão refletir sobre essa conduta do governo? Já que houve concessões para os empresários, também deveria fazer para os assalariados. Seria uma falsa reflexão: 1. A concessão pedida pela CUT era de um reajuste também pífio, que nem de longe corresponde aos benefícios dados aos empresários. 2. A reivindicação de um salário mínimo que corresponde às necessidades da família operária não virá de nenhuma concessão governamental e sim de um grande movimento encabeçado pela classe operária.

Mas o mais assombroso do chamado à reflexão do “O Trabalho” é que se refere ao aumento de 15,8% da cesta básica e ao cálculo do Dieese que apura um salário mínimo de R\$ 2.194,76. O que nos motiva à seguinte reflexão: “O Trabalho” que se diz trotskista, inimigo da burguesia e classista defende um reajuste do salário mínimo menor que o aumento da cesta básica e pouco mais de ¼ do valor do Dieese. Vejamos: se fosse aplicada apenas a correção de 15,8%, o salário mínimo iria de R\$ 510 para R\$ 590,58, acima portanto de R\$ 580.

Além de refletir, é necessário concluir. “O Trabalho” está identificado com a burocracia sindical e atado à política de fome e miséria dos explorados. A política pífia dos lambertistas, travestidos de trotskistas, resulta em colaboração com a burocracia cutista e forcista, bem como com o governo de Dilma.

se operária. Os pisos salariais ficam cada vez mais baixos e a rotatividade da mão-de-obra é violenta. A naturalidade como a burocracia encara esses dados é consequência da política burguesa que tomou conta do sindicalismo do ABC.

A classe operária se encontra desarmada para reagir à violência do capitalismo, que é a da retirada de seu único bem, a força de trabalho. A ideologia da classe dominante de que é natural demitir no início do ano e contratar com salários mais baixos vem sendo cravada no seio do proletariado pela burocracia sindical traidora. Defender a força de trabalho e protegê-la da desenfreada exploração implica o combate sem tréguas à burocracia. O que significa construir uma oposição classista, apoiada no programa e nos métodos do proletariado. Um programa que tem como ponto de partida as reivindicações de emprego, salário e conquistas sociais e como estratégia a luta pelo fim do regime de exploração do trabalho.

Que conta é essa?

O governo Dilma ascendeu os faróis com a notícia de que o emprego tem o segundo melhor resultado desde 1992. Os dados do Ministério do Trabalho indicaram 1,67 milhões de admitidos e 1,49 milhões de demitidos. A diferença foi de 152.091. Dilma canta vitória com a conta positiva e esconde a enorme onda de desemprego, quase 1 milhão e meio de trabalhadores perderam os postos de trabalho.

Aí está uma das armas dos capitalistas, principalmente em época de crise econômica. O patrão demite, contrata outro com salário menor e com direitos trabalhistas reduzidos. O burguês utiliza-se da rotatividade porque tem um exército de desempregados e subempregados, a proteção do Estado e de seus governantes e uma burocracia sindical conciliadora.

Do passado ao presente

A região do ABC em São Paulo foi o centro das greves no final da década de 70 e início dos anos 80. Aí nasceu o

sindicalismo petista e se conformou a CUT. O município de São Bernardo do Campo tem como prefeito o ex-dirigente da CUT e ex-ministro da previdência do governo Lula, Luiz Marinho. Daí surgiu o deputado vendido, Vicentinho, que serviu a FHC para impor o fim das aposentadorias por tempo de serviço, e que se notabilizou por defender o salário mínimo de fome do governo Dilma. Foi do ABC que emergiu o caudilho Lula, tão elogiado pelos capitalistas pela capacidade de administrar seus negócios, embora não fosse um elemento orgânico da classe dominante. O ABC foi o laboratório para formar uma camarilha para galgar postos no Estado.

O sindicalismo “propositivo” e “cidadão” só pôde resultar em podridão. Os sindicatos estão burocratizados e estatizados. A luta por recuperá-los depende do combate às direções pró-capitalistas. A luta pela independência política e organizativa da classe operária é fundamental no combate aos burocratas que fizeram dos sindicatos meio de vida e trampolim para os cargos no Estado.

Imposto sindical e contribuição negocial são mecanismos da estatização dos sindicatos

Todo ano a mesma ladainha. Os dirigentes sindicais lamentam a imposição do imposto e propõem fórmulas para amenizar o desconto compulsório de um dia de trabalho de todos os assalariados. Como a data para arrancar um dia de trabalho é primeiro de março, a burocracia sindical retomou os discursos de indignação. Boa parte dos sindicatos existe unicamente em função dessa rica fatia de dinheiro que é repassada para as mãos dos burocratas. Não é, portanto, revertido para as lutas de enfrentamento ao patronato. Com a legalização das Centrais Sindicais, pelo governo Lula, o imposto sindical também chegou até elas. Uns poucos sindicatos fazem apologia junto aos filiados, devolvendo o valor do imposto.

A burocracia sindical, no momento da legalização das Centrais, aceitou a substituição do imposto sindical pela contribuição negocial. Diz que é um mecanismo democrático, porque deixa de ser compulsório. E que a contribuição negocial é cobrada na época das campanhas salariais após a decisão das assembleias. Tudo enrolação! As assembleias são controladas pelas direções sindicais e, assim, a contribuição negocial será imposta.

O imposto sindical foi instituído pelo governo Vargas,

Questão da terra

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) fez um balanço da chamada reforma agrária do governo Lula, de 2003 a 2010. Diz que 614 mil famílias de sem-terra foram assentadas e que 48,3 milhões de hectares de terras foram destinadas às áreas de assentamentos. Os números foram contestados pelo MST e pelo acadêmico Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

O representante do MST, Gilmar Mauro, afirma que “reconhece com restrições os avanços na questão agrária”. Completa: “a evolução ocorreu sem a diminuição da concentração fundiária e exploração do modelo de exploração do solo”. E

como forma de atrelar os sindicatos à legalidade imposta pelo Estado. A contribuição negocial é o mecanismo criado pelo governo Lula para permitir que a burocracia sindical tenha altos recursos e continue submetendo os sindicatos e as Centrais à política burguesa. Como ainda não foi transformada em lei, os dirigentes sindicais aproveitam a situação para cobrar do governo Dilma e dos parlamentares o acordo firmado com Lula.

Tanto o imposto sindical quanto a contribuição negocial são instrumentos para arrancar dinheiro dos trabalhadores. Os salários são baixos, as campanhas salariais mal repõem a inflação do período e ainda vêm os descontos. Os sindicatos e as Centrais não precisam nem do imposto sindical e nem da contribuição negocial. Os sindicatos devem ser mantidos unicamente pela contribuição dos filiados. O valor da contribuição e o seu destino quem determina é a assembleia da classe e não a decisão de dirigentes sindicais. A independência política e financeira em relação ao repasse de dinheiro por parte do Estado é um princípio elementar da democracia operária. Assim, o proletariado e os demais trabalhadores devem rejeitar o imposto sindical e as manobras da burocracia em torno da contribuição negocial.

conclui que a “desapropriação e assentamentos no Brasil são em torno de 400 mil famílias. O restante é regularização”.

O professor da USP, Ariovaldo, questionou o balanço do Incra, dizendo que foram assentadas 211 mil novas famílias. Que um terço das famílias assentadas por Lula (26,6%) já vivia na zona rural, mas sem título de propriedade, e que o trabalho do governo foi dar-lhes o título de propriedade. Que 38,6% são de famílias que ocupavam lotes abandonados em áreas de reforma agrária. Que o governo também usou a transferência de famílias em função das usinas hidrelétricas. Que somente 4,5% milhões de hectares foram desapropriados de fazendas

privadas. E que a maioria das terras usadas eram públicas e estão localizadas na região Norte do País.

Certamente, os dados do Incra foram inflados para justificar a campanha lulista de que seria um governo em favor dos sem-terra, assentando-os em terras improdutivas desapropriadas. O dirigente do MST, pelos compromissos que têm com os governos do PT, não pôde mostrar a fraude do balanço do Incra. O professor foi mais a fundo na crítica, mas revelou o

academicismo ao não defender a expropriação dos latifúndios e a entrega das terras aos camponeses.

O fato é que os assentamentos foram minguaados, boa parte permanece nas lonas à espera da reforma agrária, que os assentados convivem com a miséria, que usou terras do Estado para não se chocar com os latifundiários, que beneficiou o agronegócio com subsídios estatais e que contribuiu para a desnacionalização de terras por meio da venda ao capital estrangeiro.

Multinacionais saqueiam o Brasil

As multinacionais estão por toda parte na economia brasileira. Controlam os ramos fundamentais da produção. Uma das consequências é a sangria das riquezas nacionais. No início de 2010, enviaram para suas matrizes um montante de US\$ 3,924 bilhões. Já em janeiro de 2011, as remessas de lucros saltaram para US\$ 6,021 bilhões. Em 1964, o governo João Goulart tentou limitar a liberdade das multinacionais de transferir seus lucros. Mas o nacionalismo se mostrou impotente. O golpe militar pôs fim à veleidade da semicolônia brasileira de amenizar o saque. Ao grande capital, foram dadas as garantias de entrar e sair com seus recursos.

O direito de expatriar o lucro é tomado como natural pela burguesia nacional, embora sinta as consequências econômicas da sangria. Os capitalistas exploram a força de trabalho, controlam fatias do mercado interno, garantem preços monopolistas e obtêm altos lucros. A burguesia brasileira e seu Estado possibilitam-lhes uma força de trabalho barata e ainda por cima oferecem-lhes subsídios. Tornou-se corriqueira a defesa do chamado “Investimento Direto Estrangeiro (IDE)”. Faz ao IDE distinções e honrarias, em nome da produção e da rejeição à especulação. Até parece que o mesmo capital que instala suas multinacionais, que compra empresas nacionais e que se associa por meio de fusões não faz parte do capital parasitário que especula na Bolsa e aplica em vantajosos títulos públicos.

O capital imperialista é um só. Diversifica suas atividades

de acordo com os seus interesses. Os lucros obtidos no mundo inteiro pelas multinacionais retornam às semicolônias na forma de capital financeiro especulativo. O governo Dilma acolhe as pressões da grande burguesia para que corte gastos públicos, obtenha um maior superávit primário e continue pagando altos juros. Essa fórmula atende às necessidades do capital monopolista internacional de se proteger da crise às custas de maior sangria das semicolônias.

Os economistas de tintura nacionalista e aqueles ligados particularmente a setores da indústria nacional reclamam que o câmbio está supervalorizado, o déficit em conta corrente vem crescendo e os juros estão altos. No entanto, ocultam que as relações desses fatores negativos para o capitalismo interno respondem ao poderoso movimento do capital mundial.

Não há burguesia nacional que possa estabelecer uma diretriz de defesa econômica do País. A única classe que tem um programa capaz de se contrapor ao poder do imperialismo é o proletariado. O programa de expropriação revolucionária da grande propriedade dos meios de produção, de sua transformação em propriedade social, de estabelecer o controle operário da produção, de implantar o monopólio estatal do comércio exterior e de organizar a economia sobre a base de um planejamento socialista, objetivamente, está colocado pela situação de crise capitalista. O problema está em organizar a classe operária no seu partido revolucionário.

Bahia

Trabalhadores da construção civil e petroleiros em greve Petroleiros paralisam as atividades

A greve dos petroleiros na Bahia entra em seu quinto dia. Desde o dia 27 de fevereiro, a categoria encontra-se paralisada em todo o país. As reivindicações são o pagamento de horas extras, melhoria na condições de trabalho, inclusive nos problemas de segurança do trabalho, garantia dos postos de trabalho nas subsidiárias contratadas pela Petrobras e uma nova proposta da empresa quanto ao plano de participação nos lucros.

No caso da Bahia, os trabalhadores da Landulpho Alves, Terminal de Mataripe, Fafen (Fábrica de Fertilizantes) e unidades de produção Norte e Sul paralisaram as atividades do dia 22 para o dia 23, com adesão expressiva dos assalariados. A tendência é de seguir o acordado na rodada de negociações

entre a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e a Petrobras. Com a proposta de cancelamento das punições, a FUP tem orientado os sindicatos de todo o país a defender a aprovação da proposta da empresa.

Operários da construção civil firmes na greve

Os trabalhadores da construção civil da Bahia continuam em greve. A paralisação começou em 10 de fevereiro, quando rejeitaram em assembleia a proposta rebaixada dos patrões de 6,47%. Os trabalhadores começaram exigindo um reajuste salarial de 18,76%, mas diminuíram o índice para 15% posteriormente. Foram realizadas rodadas de negociação junto à SRTE, quando a mediadora propôs um índice intermediário de 12%,

sendo dividido em duas partes, 8% retroativo a janeiro e 4% a partir de março. O fato é que a direção do sindicato já aceita a proposta da mediação.

Os trabalhadores da construção civil se organizam através do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil (Sintracom-BA), filiado à Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), dirigida pelo PCdoB stalinista. O fato é que durante toda a greve os trabalhadores têm demonstrado disposição de luta e resistência diante da profunda exploração a que estão sujeitos nas condições de trabalho e salarial. Ainda mais, o ramo da construção civil é marcado por inúmeros acidentes de trabalho, resultando em mortes e incapacitação física de trabalhadores.

Nos últimos trinta dias ocorreram dois grandes acidentes, o primeiro uma explosão numa empresa no bairro do IAPI, em Salvador, atingindo 3 operários, levando um a óbito. Em 24/02, houve uma explosão nas obras do metrô de Salvador, provocando a morte de 1 operário e queimaduras em mais 2.

Outras categorias: guarda municipais e hotelaria

Os trabalhadores de três grandes hotéis de Salvador, localizados no circuito do carnaval, paralisaram as suas atividades no dia 03 de março em razão da indiferença dos donos de hotéis frente ao pedido de reajuste do piso salarial da categoria. A decisão foi tomada em assembleia, no dia 26 de fevereiro. Os trabalhadores reivindicam um aumento de 12,5%, mas os patrões só oferecem 6,46%. Foram realizadas até agora nove rodadas de negociações.

Para se ter uma ideia das condições miseráveis de salário

Alagoas

Corrupção no INCRA: venda de lotes destinados à reforma agrária. Corrupção: reflexo do capitalismo e do Estado Burguês apodrecidos.

A imprensa burguesa noticiou recentemente a venda de lotes destinados à reforma agrária no interior de Alagoas. O esquema envolvia o pagamento de propina a um funcionário do INCRA. Segundo a notícia, uma usina local simulou a compra de lotes e denunciou o esquema a polícia federal.

O que a imprensa burguesa estampa em suas páginas como um ato de corrupção isolado de um representante do Estado do burguês reflete, na verdade, uma característica medular do capitalismo e do Estado capitalista apodrecido. O Estado burguês é um órgão da classe burguesa e como tal está a serviço de suas artimanhas e negociatas, reservando aos trabalhadores a exploração e a repressão. Portanto os explorados não podem confiar nessa corja.

A reforma agrária é uma tarefa democrática burguesa, no entanto, já não pode ser cumprida na fase imperialista do capitalismo. A preponderância dos interesses da burguesia internacional impede os governos burgueses dos países semi-coloniais de se colocar contra o latifúndio, portanto, os camponeses nunca terão suas necessidades atendidas sob a égide do capi-

talismo. da categoria, a direção do Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Salvador e Litoral Norte (SHRBS), filiado à NCST, defende um piso salarial de R\$ 630 reais para hotéis cinco estrelas e R\$ 587 reais para hotéis de demais categorias. Os patrões oferecem R\$ 605 e 562 respectivamente. A proposta da direção sindical destoa muito pouco do salário miserável proposto pelos patrões.

Também os guardas municipais de Salvador se encontram parados desde o dia 02 de março. A motivação diz respeito ao valor da hora extra e ao contingente de guardas que trabalharão no período do carnaval, definidos em acordo entre o Sindicato dos Servidores Públicos e a Prefeitura, descumprido de última hora.

Ausência de uma direção revolucionária

Os trabalhadores em greve mostram disposição para a luta, realizando manifestações, mobilizações, piquetes e passeatas em defesa de suas reivindicações, mas as direções burocráticas de diversos sindicatos procuram dividir as categorias, paralisando apenas parcialmente as atividades, defendendo propostas muito aquém das reais necessidades das categorias e direcionam toda a ação para negociações rebaixadas.

O POR defende os trabalhadores em luta e denuncia as direções burocráticas dos sindicatos ligados às várias Centrais sindicais. Coloca a necessidade de defender o salário mínimo vital, a escala móvel de salário e a escala móvel de horas de trabalho, denunciando a exploração dos patrões, as péssimas condições de trabalho e os inúmeros acidentes que vitimam os trabalhadores pelo país.

talismo.

A política de assentamentos realizada pelo governo burguês de Lula-PT, e que deve ser seguida no novo governo, não resolve o problema. A falta de condições técnicas favoráveis, crédito para obtenção de máquinas, sementes, logística etc. Tais limitações eliminam qualquer possibilidade de sobrevivência das pequenas propriedades frente aos latifúndios. Muitos são os casos em que o camponês se desfaz da terra, por não dispor de recursos para produzir. Qual a posição do movimento camponês com relação a luta no campo e os governos burgueses?

A estatização dos movimentos e a estagnação da luta no campo

O movimento camponês, estatizado, acredita que os governos burgueses de Lula e Dilma possam realizar a reforma agrária. Para tanto, fazem o apelo para que o governo abandone o modelo de agronegócio e se volte para a promoção da chamada agricultura familiar. O que os teóricos do movimento camponês parecem ignorar é que não se pode rodar para trás

a roda da história, não se trata de abandonar os avanços técnicos alcançados com o desenvolvimento do capitalismo, mas, de destruir a relação capitalista de produção no campo e na cidade, ou seja, eliminar a contradição gerada pela apropriação privada da riqueza gerada pelo trabalho social.

A lei do desenvolvimento desigual e combinado condiciona a existência dos grandes latifúndios exportadores que concentram a riqueza nas mãos dos capitalistas e condena os pequenos proprietários a produzirem alimentos básicos sem lucratividade. Os pequenos proprietários tendem a arruinarem-se e curvarem-se diante da grande propriedade capitalista para garantir a sobrevivência.

Defender com luta o direito à terra para quem nela trabalha.

O movimento camponês precisa de independência frente

Rondônia

Unidade dos trabalhadores da educação para derrotar o arrocho salarial

A burocracia do Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado de Rondônia (Sintero) convocou, no dia 01 de março, uma assembléia para aprovar a pauta de reivindicação. Defendeu o índice de 36,31% de reposição salarial. A pauta pouco se diferenciou da de 2010. O fato de não cumprir a deliberação de greve, votada pela base em assembléia, deixou Roberto Sobrinho tranquilo para aprovar um reajuste mísero de 4,5%.

Agora, nessa primeira assembléia dos municipais, os trabalhadores também defenderam a greve, cuja votação foi unânime. Mas, como a burocracia não quer a greve contra o prefeito petista, manobrou a decisão. Montou uma comissão, escolhendo um representante por escola para a negociação com o prefeito. E fez a promessa de decidir a greve depois da negociação. Portanto, usou a comissão e a negociação para não encaminhar a decisão da assembleia.

Intervenção da Corrente Proletária

A Corrente Proletária divulgou o Boletim defendendo a reposição das perdas e o método da mobilização direta para conquistá-las. Denunciou o prefeito, que sempre arranja desculpas para não atender as reivindicações. Uma delas é a de que a receita da prefeitura não comporta. Por outro lado, a direção dos sindicatos, que apoia o governo de Sobrinho, usa os argumentos do prefeito para justificar um reajuste abaixo das necessidades vitais dos trabalhadores.

A experiência da campanha salarial do ano passado ainda pesa sobre os trabalhadores da educação. Aprovou-se a reposição de 34,41% e o prefeito concedeu apenas 4,5% de reajuste e R\$ 70,00 de abono, na forma de gratificação. Mas tudo foi uma farsa. Pois, os descontos acabaram sendo maiores do que a esmola do prefeito. A burocracia do sindicato nada fez. A preocupação dos burocratas foi com as eleições presidenciais e no estado. Não encaminhou a decisão da greve e ficou com a conversa mole da revisão do Plano de Cargos.

aos governos burgueses para retomar o método da ação direta contra a violência e exploração, ocupações resistência. Trata-se de defender com luta o direito à terra. Não podemos esperar nada do Estado capitalista. Precisamos integrar as reivindicações da maioria explorada do campo e da cidade à estratégia revolução proletária, precisamos construir a **aliança operário-camponesa** para destruir o latifúndio e o capitalismo no campo e nas cidades.

Para tanto o Partido Operário Revolucionário defende:

Nacionalização e expropriação dos latifúndios, sem indenização;

Tribunais populares para punir os crimes da burguesia no campo;

Todas as terras aos camponeses;

Aliança Operário-Camponesa para destruir o latifúndio e o capitalismo no campo e nas cidades.

Está aí por que a Corrente Proletária reafirma sua posição de que a direção do sindicato deve cumprir as decisões coletivas das assembléias. A campanha salarial de 2011 pode estar comprometida se não houver a resistência dos trabalhadores contra as manobras dos burocratas sindicais. As negociações intermináveis podem levar à desmobilização. Por isso, a defesa de convocação de nova assembléia para decidir sobre a resposta do prefeito à pauta de reivindicações. Há que também se colocar pela unidade dos trabalhadores da educação (município e estado). Uma só campanha salarial, uma só decisão. A força do movimento está na paralisação da rede estadual e municipal.

A Corrente Proletária defende:

1. Reajuste salarial para repor todas as perdas. A reposição salarial já. Nenhum trabalhador em educação ganhando menos que um piso equivalente ao salário mínimo vital, R\$ 3.850,00;

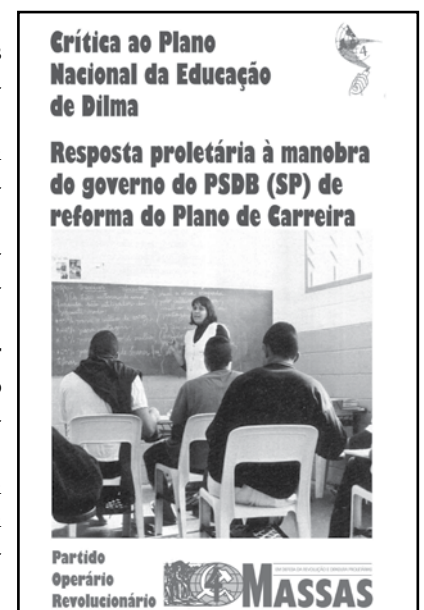
2. Estabilidade a todos os professores emergenciais

3. Aplicação da escala móvel das horas de trabalho e salário;

4. Diminuição do número de alunos por sala, construção de novas escolas;

5. Rejeitar qualquer tipo de opressão dentro das escolas e parte da secretaria;

6. Defesa da escola única, pública, gratuita em todos os níveis e vinculada à produção social.



Londrina – Balanço das calouradas da UEL

De um lado o PCdoB e o colaboracionismo, do outro uma frente de CA's chamando para a luta

O DCE da UEL está nas mãos do estalinismo. Como era de esperar, a recepção de calouros preparada pela diretoria foi totalmente chapa branca. Bandas no restaurante universitário, palestras despolitizadas e o apontamento da via do colaboracionismo e das saídas individuais para os problemas coletivos. Até palestra sobre empreendedorismo teve! Com o mote do trote solidário, a UJS atraiu grandes patrocinadores e cobertura midiática.

Do outro lado, Centros Acadêmicos, Comitê pelo Passe Livre, Barricadas/PSol e ANEL/PSTU organizaram desde o fim de 2010 uma recepção com um chamado para a luta. Houve debates sobre o acesso e permanência na universidade, a política de cotas, a opressão de gênero, oficinas do Passe Livre e um debate sobre o Egito.

Desde o início, a relação dos CAs com o PSTU foi tensa. O centrismo está enquistado no Centro Acadêmico de Ciências Sociais e tentou a todo custo carimbar a iniciativa dos CAs com a marca da ANEL. Nos boletins unificados, a organização estudantil dos divisionistas ficou no seu devido lugar, como mera coadjuvante. Já nos debates, quando tinha oportunidade, o PSTU praticamente dizia que a calourada era deles. O aparelhamento ficou evidente.

Debate sobre o Egito

O debate sobre o Egito explicou isto, com reforços de militantes do PSTU do Rio de Janeiro e Maringá, buscavam a todo custo enfiar a propaganda do divisionismo da ANEL. A fala do representante do PSTU propagou uma série de distorções: 1) caracterizou a queda de Mubarak como revolução, obscurecendo o significado do golpe militar promovido pelo exército capacho do imperialismo; 2) Alegou que pode chamar isso de revolução, pois não existe uma teoria da

revolução dentro do marxismo; 3) Defendeu o espontaneísmo e que as organizações de massas tomem o poder, contrariando a defesa de que é necessário construir no Egito o partido revolucionário.

Chama a atenção a justificativa: é necessário chamar de revolução para pregar a expansão da experiência, assim como nas falas dos três militantes do PSTU esteve a caracterização do Fora Collor como uma vitória dos estudantes. Ou seja, o PSTU falsifica a história em nome de um otimismo que levaria a juventude e trabalhadores a seguirem esta experiência.

A Corrente Proletária fez intervenções denunciando este erro. As massas devem aprender com a experiência concreta. É evidente que é necessário destacar a ação direta e a combatividade presente no levante popular egípcio, mas ocultar o significado do golpe contra-revolucionário só joga água no moinho no programa democratizante. O PSTU esquece-se do princípio de autodeterminação dos povos e de defesa das nações oprimidas diante das investidas do imperialismo. Afirma que a queda de Mubarak por si só já é uma grande vitória, que agora não tem mais repressão, como se não se mantivesse a mesma ditadura burguesa. E defende a derrubada de Gadaffi, na Líbia, de qualquer forma, ou seja, até mesmo via intervenção imperialista.

No debate sobre as cotas, defendemos a limitação desta bandeira, que não cria uma vaga sequer, só divide o estudantado e levantamos a reivindicação de ensino para todos e fim do vestibular. O ano está só começando, a calourada unificada, dos Centros Acadêmicos, apesar das tentativas de aparelhamento do PSTU já representa uma frente de oposição ao estalinismo no DCE e pode ser um pólo de organização independente dos estudantes.

A Corrente Proletária publicou em 26 de fevereiro de 2011 um folheto com dois artigos: 1) Crítica ao Plano Nacional de Educação (PNE) do governo Dilma; 2) Resposta proletária à manobra do governo do PSDB (SP) de reforma do Plano de Carreira. Publicamos abaixo a essência de nossa posição em torno dessa debate sobre o Plano de Carreira.

Por um estatuto de trabalho aprovado na assembléia

A Corrente Proletária parte do princípio de que um Plano de Carreira estabelece distinções entre os trabalhadores da educação. São degraus que vão se galgando ao longo dos anos de magistério. Para isso, os governos impõem regras rígidas para subir os degraus, porque significa remuneração salarial. Recentemente, com as medidas neoliberais (cortes de recursos à educação), os governantes foram aumentando as regras, diminuindo os degraus e remunerando menos por etapa alcançada. As direções sindicais se colocam pela existência das distinções, atribuídas como “incentivos” aos educadores. A burocracia sindical se coloca no mesmo terreno do governo ao conceber o Plano de Carreira como critério que estabelece diferenças impostas de fora do processo de trabalho.

A nossa posição é de combate às divisões e discriminações existentes no magistério. Rejeita a noção acadêmica de “carreira aberta”, como mecanismo de atrair profissionais para a educação. Defende um contrato coletivo de trabalho público para o magistério, que implica o piso salarial, direitos trabalhistas e único sistema de aposentadoria estatal. A divisão (materializa-

da no Plano de Carreira – PEB1, II, efetivos, Ofas, diretores etc) e os instrumentos de “elevação” na carreira (evolução acadêmica etc) servem unicamente para quebrar a unidade de uma categoria de trabalhadores e constituir uma camada seleta que se distancia da maioria. A educação é um trabalho coletivo, portanto oposto à concorrência, aos salários diferenciados, à avaliação de mérito e aos bônus.

Assim, quando defendemos a redução da jornada conforme os anos de permanência no magistério é unicamente para preservação da vida e das condições físicas dos trabalhadores da educação. Duas posições completamente opostas estão em choque. A que concebe um Plano de Carreira discriminatório, individualizante e concorrencial e a que defende um único sistema de contrato que corresponde ao processo de trabalho, às necessidades coletivas dos trabalhadores e a preservação das condições físicas e intelectuais. Está aí por que a Corrente Proletária rejeita o princípio do Plano de Carreira.

Companheiros, adquiram o folheto com os militantes que divulgam o Jornal Massas.

Em defesa da escola científica

O governo Lula foi longe em sua política de submissão à Igreja Católica. No final de 2008 assinou um acordo com o Papa facultando o ensino religioso nas escolas públicas. O Estado chancelou o conteúdo ditado pelo Vaticano de que o ensino religioso é necessário para a “formação integral da pessoa”. O que resultou no reconhecimento de que as escolas públicas estavam dando uma formação inacabada.

Para acomodar os interesses das múltiplas religiões, principalmente entre o catolicismo e o protestantismo, estabeleceu-se que o ensino religioso seria facultativo para o aluno. Com o pluralismo, estaria garantida a liberdade de religião. As igrejas querem que o Estado banque o ensino religioso, colocando-o na grade das disciplinas. Mas não passou despercebido que Lula promoveu o Acordo bilateral não com as igrejas mas com a Santa Sé. A supremacia da Igreja Católica colocou sob suspeita a adoção da medida.

Na feroz concorrência pela conquista de adeptos, um ensino religioso sob o auspício do catolicismo não seria nada bom para os evangélicos. Não obstante, o que fazer diante do poder católico? Assim, negociaram a liberdade de ensino religioso. A implantação tem sido um tanto complicada. A Igreja quer que o professor de religião seja formado em teologia. Assim, a disciplina se distinguiria por sua especificidade confessional, entre matérias como a matemática, português, etc.

O argumento que sustenta essa ofensiva da Igreja sobre a escola pública é o da formação integral. Não é preciso muita destreza para se notar que a Igreja faz de seu particular dogma da crença em Deus um princípio universal. Os pais e filhos que não aceitam a visão religiosa, portanto, carecem da suposta formação integral. Trata-se de uma noção completamente arbitrária.

Essa questão voltou a ser discutida nas hostes do poder do Estado diante da ação de inconstitucionalidade do ensino religioso impetrada pelo Procurador Geral da República junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Eis o conteúdo da ação: “o ensino religioso em escolas públicas só pode ser de natureza não confessional, com proibição de admissão de professores na qualidade de representantes das confissões religiosas”. No caso do STF não aceitá-la, pelo menos que considere inconstitucional a formulação “católicos e outras confissões religiosas”.

O ex-ministro do STF, Eros Roberto Grau, saiu em defesa do Acordo Bilateral. Qualificou a ação do Procurador Geral da República de “panfleto anticlerical”. Mais especificamente, de “panfleto anticatólico”. Isso porque o objetivo da ação, segundo Grau, é o de anular a diretriz acordada entre o Estado brasileiro e o Vaticano.

O ex-juiz faz um rebuliço em torno da constitucionalidade que rege o princípio do ensino religioso como responsável pela “formação integral”. A Procuradoria não pretende, no entanto, impedir a implantação do ensino da religião nas escolas públicas. Sua ação se refere à inconstitucionalidade de fazer da disciplina um reduto de padres, pastores e leigos confessionais. Não seria constitucional colocar o ensino da religião na rede pública nas mãos das igrejas e em particular da católica. Aqui reside o conflito.

O Acordo prevê a supremacia da Igreja católica e corres-

ponde ao seu ensino. Não se trata do ensino religioso, mas do ensino católico. Mas como está prevista a “liberdade de religião” - esse é o consolo para as seitas não católicas - pode haver ensino das mais variadas igrejas evangélicas. Por trás da disputa jurídica, está a concorrência das múltiplas seitas religiosas. Seja qual for a solução do STF, o ensino religioso será mantido como parte do ordenamento constitucional.

A Constituição brasileira está marcada pelo poder político da Igreja Católica. A laicidade do Estado é formal. A Igreja conta com sua proteção material e o Estado, com sua proteção espiritual. Como lembra Eros Grau ao Procurador Geral da República, a Constituição brasileira foi promulgada “sob a proteção de Deus”. E certamente os juizes do STF têm acima de suas cabeças jurídicas as ordens divinas. Vão resolver a concorrência entre as igrejas como uma questão de mercado e de hegemonia católica.

Há que se desmistificar a ideologia burguesa da “formação integral” e da liberdade das igrejas explorarem o mercado das coisas espirituais. O Acordo com a Santa Sé deve ser rompido completamente. O ensino religioso está em total contradição com a formação integral do homem. Tem de ser abolido do sistema de ensino. Essa luta não ocorre entre clericais e anticlericais. Mas entre a religião anticientífica e o materialismo científico. Não se trata de combater a ação da Igreja com o anticlericalismo, mas com a anti-religiosidade.

A escola capitalista, portanto de classe, jamais possibilitará a formação integral – ou seja o aperfeiçoamento físico e mental do homem. Sua função é de transformar a maioria em força de trabalho escrava do capital e uma minoria em quadro de dirigentes do processo de exploração capitalista. A religião é uma poderosa arma contra a formação integral do homem, que como tal não pode estar submetido a outros homens e nem pode submeter outros.

O capitalismo não pôde acabar com a escravidão espiritual de séculos e séculos de existência das sociedades de classes anteriores, embora tenha libertado as forças produtivas dos arcaicos modos de produção e com elas impulsionado a ciência.

Com todas as condições materiais e científicas, a burguesia não teve como deixar para trás a religião, uma vez que edificou a nova sociedade sobre os alicerces da exploração do homem pelo homem. Em suas entranhas, germinou a relação entre o trabalho social e a escola, entre a prática e a teoria, mas não teve como desenvolvê-la. Pelo contrário, ao levar às últimas consequências a exploração do trabalho e à divisão social do trabalho, desenvolveu o divórcio entre a prática e a teoria. Sepultou a possibilidade da escola científica e a formação integral do homem.

A luta da Igreja para controlar a educação e suas vitórias contra a escola científica se deu e se dá no terreno da separação da prática e da teoria. O combate do marxismo, que se fundamenta no materialismo dialético, contra o ensino religioso não é travado nas nuvens, mas sim nas entranhas da exploração do trabalho e das relações capitalistas de produção e de apropriação da riqueza. A religião se extinguirá com a abolição da propriedade privada dos meios de produção e com a extinção das classes sociais.

Reproduzimos abaixo o artigo de León Trotsky, publicado em janeiro de 1940, na Revista Clave nº5, no México. Trata-se de um rico material sobre a concepção de educação socialista.

A Regulamentação do Artigo Terceiro Constitucional

Aprovou-se a Lei de Regulamentação do Artigo Terceiro Constitucional. A forma na qual vem se realizando mostra claramente toda a inconsistência, vacilação e demagogia da pequena burguesia radical, que temerosa de seu futuro, já que ignora ou é incapaz de prever a orientação futura da política mexicana, não quer se comprometer hoje, como o fizera em 1934 quando se reformulou o artigo terceiro. Não teve a firmeza, como em 1934, de que o curso para a esquerda continuaria; pelo contrário, todos pressentem uma virada para a direita; como consequência, preferiu-se eliminar do texto da lei tudo aquilo que podia aparecer como “radical” e a deixaram reduzida a um objeto tosco e despojado de todo impulso esquerdista, ainda que, em 1934, proclamavam em palavras um conteúdo de educação “socialista”.

Depois de cinco anos de educação “socialista”, está claro para todos a impossibilidade de que exista a tal educação enquanto as bases econômica, social e política da sociedade sejam as do regime burguês. No México, deu-se o caso de uma educação “socialista” consagrada juridicamente; toda realidade social se mostrou impossível: propriedade capitalista, estado burguês, proletariado miserável e faminto, milhares e milhares de camponeses sem pão e mergulhados no atraso feudal mais completo; grande penetração e influência imperialista; e como única base a ilusão da pequena burguesia radical, que, para compensar, ainda que subjetivamente, esta situação e sua incapacidade para tomar caminhos revolucionários, acreditou ter descoberto uma nova rota para o socialismo, que devia ser realizado gradualmente por meio da escola. Seu anticlericalismo foi também tipicamente pequeno burguês. Sem ir às raízes do fanatismo religioso, às da miséria e às da fome, da opressão e da luta de classes, nunca compreendeu que a educação não deve ser anti-clerical, mas sim anti-religiosa e que a luta contra as religiões é a mesma para arrancar as massas da opressão, da exploração e da fome.

É possível que o fenômeno se apresente novamente em algum outro país latino-americano atrasado. Mas a experiência do México é conclusiva. A educação socialista só pode realizar-se sobre a base da expropriação da burguesia e dos grandes proprietários e da organização de toda sociedade segundo um plano socialista. Ainda que em sua primeira etapa essa educação não seja socialista, mas sim proletária, já que a educação do período de transição corresponde à ditadura proletária e estará impregnada, portanto, do passado burguês. Medidas como as tomadas no México só têm significado de reformas democráticas, que abrem a possibilidade de levar a luta de classes ao terreno do aparato educacional. Os resultados que se obtenham dependem, em última instância, da existência de um movimento revolucionário que empurre os professores, trabalhadores e alunos à luta de classes nesse terreno. Com a demagogia nas mãos da ala dominante na etapa dada, a educação “socialista” chega a ser um perigo se o proletariado, idealizando a reforma ou confundindo-a, a toma como verdadeira educação socialista e subordina sua política

ala burguesa ou pequeno burguesa esquerdizante.

Na escola “socialista” da burguesia, que começa proclamando que é gratuita, na realidade só as camadas privilegiadas da população podem ter acesso a ela. A criança proletária ou não frequenta a escola, ou não vai regularmente; fracassa lamentavelmente e as investigações indicam as causas: anemia, doenças, trabalho extra-escolar, lugares melancólicos, abandono moral e material, etc. Muito pequeno número de alunos chega a terminar o sexto ano e unicamente para serem lançados, em sua maioria, nas oficinas ou nas fábricas onde se vende a carne jovem para uma exploração desenfreada. Pior ainda quando se refere à educação secundária, técnica, superior e universitária. A cultura é hoje, sob a educação “socialista”, patrimônio da burguesia e da aristocracia operária ou da pequena burguesia, e os estabelecimentos de ensino, viveiros onde se prepara o estado maior da burguesia; laboratórios de preparação dos futuros exploradores e opressores dos trabalhadores.

No que se refere às finalidades, métodos e meios materiais para realizá-la, a educação “socialista” tem sido um fracasso; não porque ela seja irrealizável no meio mexicano, como afirmam os fascistas e reacionários de todo tipo, mas sim pela impossibilidade do estado burguês estruturar um sistema educacional dirigido contra os fundamentos de sua existência. A educação tem caráter de classe. Enquanto a sociedade estiver dividida em classes sociais, será burguesa ou proletária, segundo esta ou aquela classe que detenha o poder econômico e político. Na escola da ditadura do proletariado, isto é proletária, todo o processo educacional estará baseado nas atividades produtivas e sua finalidade consistirá em criar homens aptos para o trabalho produtivo, despertados intelectualmente e armados do conhecimento científico; soldados conscientes de um regime que luta pelo desaparecimento definitivo das classes sociais, da fome e da exploração, da incultura e do fanatismo e por uma sociedade socialista internacional. A educação atual produz, nos melhores casos, carne de exploração (operários e trabalhadores camponeses) para a burguesia e para os grandes proprietários, para a aristocracia operária (técnicos e especialistas sem consciência de classe), sacos cheios de conhecimentos úteis ou inúteis; defensores tenazes e, no caso, ferozes, do regime da propriedade privada. Dirigida a dissimular e sustentar o poder capitalista atual, resmungando que é uma “escola do trabalho”, sua impotência chega ao grau de que em plena cidade do México há educandos que se sentam no chão e que ignoram que o mundo inventou as máquinas. Dizendo-se educação para trabalhadores, as escolas externas e internas para operários se debatem na mais lamentável penúria, o dinheiro vai em milhões para a Universidade (viveiro dos fascistas e clericais), para o Colégio Militar e para tantos outros centros de alta preparação burguesa. É suficiente observar as miseráveis crianças proletárias estudando no chão, tuberculosas e deformadas, com o estômago vazio e peito descoberto, ouvindo o discurso do mestre “socialista” sobre

as excelências da “democracia”, para compreender a farsa que é a educação “socialista”. Mais acima, nos altos postos da Educação, o estalinista de barriga cheia sorri...a revolução triunfou, ele está no poder... a educação é “socialista”.

Somente depois da tomada do poder pelas massas trabalhadoras é que a educação poderá tomar rumos socialistas. Mais ainda, ela se tornará socialista antes que juridicamente a consagre assim. Por enquanto, o problema do artigo 3º se concretiza nas tarefas práticas a se realizadas em relação a ele e a sua regulamentação. Cabe explicar às massas que a educação “socialista” não é e nem pode ser socialista e explicar seu caráter de reforma democrática da burguesia. Combater implacavelmente a lepra estalinista que tendo instalado na Educação, é o agente número um do desprestígio e da desmoralização, já que suas patifarias e traições produzem um processo de repulsa nos trabalhadores, professores, pais de família e alunos, para os quais a educação socialista, não esta caricatura, mas sim a verdadeira, comparece encarnada nesse bando de farsantes e traidores.

A regulamentação, com o mesmo artigo 3º, abre possibilidades de luta. Com uma organização do magistério, revolucionária; com uma pressão dos trabalhadores poderá se lutar vantajosamente no terreno educacional, coisa que não seria educação “socialista”, serviria, sem dúvida, para a luta revolucionária pelo poder, único meio de assentar as bases para uma verdadeira educação socialista. Por isso, os estratos reacionários da burguesia, da pequena burguesia, do clero e do imperialismo gritam contra a lei de regulamentação. A reação se mobiliza contra ela e identifica no comunismo a farsa realizada. O pretexto para levantar a cabeça é a reforma. Acompanhando os padres e burgueses, pequenos grupos de professores reacionários, com estrutura mental de proprietários e feudais e existência pequeno burguesa, se declaram, também, contra a

Prossegue o movimento contra o aumento das passagens em São Paulo. Segue abaixo o boletim distribuído pela Corrente Proletária Estudantil no ato público de 03/03/11:

Prefeitura intransigente e repressiva: ampliar e fortalecer o movimento, para derrotar o aumento da tarifa

A Prefeitura de São Paulo se nega a negociar. Protege os interesses dos empresários do transporte, em detrimento da população assalariada. Apesar de ser chamado de público, o sistema é controlado por uma máfia milionária. Enquanto isso, a população fica à mercê dos grandes cartéis.

A Prefeitura tenta justificar o aumento da tarifa com base na elevação dos custos (pneus, biodiesel etc.) e nas “gratuidades” (idosos, deficientes e a *meia* estudantil). É um desaforo culpar velhinhos, estudantes e deficientes pelo peso maior no bolso do usuário “pagante”. É um desaforo porque as gratuidades não são concessões caridosas do governo, mas sim direitos sociais conquistados.

Não aceitemos calados!

A polícia mostrou de que lado está ao reprimir brutalmente nossa manifestação legítima: está do lado dos empresários do transporte e do governo, contra os trabalhadores. Não admitimos qualquer justificativa da repressão, como a divulgada pela grande mídia, de que o movimento “provocou” os policiais.

Quem provocou quem na manifestação? Nossa resposta é: R\$ 3,00 é uma provocação aos estudantes e trabalhadores, especialmente àqueles que ganham um salário mínimo de fome de R\$ 545,00. A Prefeitura não ter firmado nenhum compromisso real com o movimento também é uma provocação!

reforma hoje, e contra o movimento operário amanhã. Mas o processo de desenvolvimento revolucionário está em marcha. O magistério consciente e revolucionário, na medida em que defende contra a reação ao Art. 3º e sua regulamentação, põe de guarda os trabalhadores, alunos e pais de família contra os mesmos que, aprovando hoje a regulamentação (completamente castrada, ainda que aquele conteúdo que até ontem o assinalavam a eles mesmos aos gritos: “desfanatizante, por uma sociedade em que a propriedade se socialize gradualmente”, etc) serão amanhã agentes da contra revolução e se levantarão contra o proletariado e os mestres que interpretam revolucionariamente a regulamentação e façam da escola e do processo educacional um laboratório criador de consciências revolucionárias.

Para que se possa obter algo do Art. 3º e sua Lei de regulamentação, é necessário, antes de tudo, uma organização do magistério revolucionária. A luta pela regeneração do STERN é assim um dos meios para conquistá-lo, já que um STERN revolucionário daria enorme impulso para a esquerda a todo o mecanismo educacional. Entretanto, o professor tem uma riquíssima gama de oportunidades para fazer de seus alunos futuros soldados da luta social. Os contrastes e contradições que a chamada educação “socialista” uniu ao processo educacional, constituem material real e vivo para forjar consciências revolucionárias entre os educandos, que agora se vêem obrigados a receber simultaneamente a fome e a exploração a que estão submetidos, eles e suas famílias, pelo regime vigente, uma educação “socialista” que, produto direto do sistema capitalista de produção, o defende e consagra, adaptando-se transitoriamente à modalidade democrática pela qual atravessamos.

(Extraído do Livro “Escritos Latinoamericanos”, León Trotsky, páginas 251-255)

Prossegue o movimento contra o aumento das passagens em São Paulo. Segue abaixo o boletim distribuído pela Corrente Proletária Estudantil no ato público de 03/03/11:

Não aceitaremos calados a repressão! Exigimos a abertura das negociações! Continuaremos com nossa jornada de lutas, expressando a nossa grande indignação diante das provocações da Prefeitura. Temos que responder tomando as ruas e radicalizando o movimento, pois só assim dobramos a intransigência do governo! E unificar a luta contra o aumento do metrê e trens!

Defender a vida dos trabalhadores!

O aumento das tarifas dos transportes é só mais um ataque dentre tantos outros que são realizados diariamente contra os trabalhadores. Tais ataques acontecem devido à política neoliberal de privatização dos diversos serviços sociais e também ao rebaixamento dos salários.

Chamamos a população a defender conosco a ESTATIZAÇÃO SEM INDENIZAÇÃO das empresas de transportes, sob controle dos trabalhadores e usuários. Defendemos um SALÁRIO MÍNIMO VITAL de R\$ 3.850,00 para que sejam garantidos o sustento e as condições mínimas de vida da família do trabalhador.

**Pela revogação do aumento das tarifas de transporte!
Fim do salário mínimo de fome; salário mínimo vital de R\$ 3.850,00! Pela estatização sem indenização das empresas de transportes, sob controle dos trabalhadores e usuários!**

Nesta edição:

- Os caminhos da China na economia mundial
- O proletariado se incorpora massivamente ao ascenso das massas

Artigos do Cerqui



**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**

Os caminhos da China na economia mundial

Depois de cinco anos de enorme crescimento em sua produção industrial (2005-2010), o Ministério da Indústria e Informatização chinês divulgou a previsão de uma queda de 4,7% no valor agregado da produção industrial para 2011. Aliada a essa queda, estima-se uma inflação em torno de 5%, que deve obrigar o governo a aumentar ainda mais as taxas de juros (que já estavam em 5,81% em dezembro de 2010) e permitir alguma valorização da moeda nacional, o yuan.

A indústria, que teve uma taxa de crescimento de 15,7% em 2010, deve amargar queda em virtude da fraca demanda global e das pressões externas para valorização da moeda. Por se tratar, hoje, da segunda maior economia do planeta, correspondendo a quase 10% do PIB mundial, as medidas a serem adotadas nos próximos meses pelo governo determinarão em parte os rumos da economia mundial.

O aumento da taxa de juros no país pode, por exemplo, significar uma maior fuga de capitais do Brasil. Embora as taxas praticadas em nosso país sejam o dobro das taxas chinesas, importa aos especuladores os “índices de confiança” que economias como as da China e dos EUA oferecem. A valorização da moeda chinesa, por outro lado, pode favorecer economias exportadoras como EUA, União Europeia e, em menor grau, o Brasil.

A China e a crise

Percebe-se, depois de dois anos de medidas anticrise por parte do governo chinês, que a crise mundial também a afetou, diminuindo suas taxas de crescimento e obrigando-a a utilizar-se dos mesmos mecanismos que os demais países capitalistas.

Em 2009, cerca de US\$ 1,2 trilhão foram despejados sobre a economia para conter o impacto da crise sobre os setores que estavam em expansão. O governo forneceu crédito para as pequenas, médias e grandes indústrias instaladas no país. Favoreceu imediatamente o consumo interno, bem como favoreceu a relação entre as importações e exportações do país. Entretanto, tal medida trazia em seu bojo a questão da elevação do preço das mercadorias, pois aumento de crédito permite elevar artificialmente a demanda. Esse processo teve como consequência a elevação da inflação no país e o aumento no preço das commodities internacionalmente, uma vez que é o país que mais importa matérias-primas do mundo.

A resposta chinesa à crise, como dissemos na edição anterior do Massas, apresenta particularidades em relação aos dois “modelos” vigentes (o norte-americano e o europeu). Tais particularidades

explicam-se, por um lado, pelas fortalezas da economia chinesa e, por outro, por suas fraquezas. Ampla e barata mão-de-obra e centralização econômica pelo Estado garantem uma acumulação de capital como nenhuma outra economia do planeta. O capital acumulado tem servido à especulação, como na maioria dos países. Hoje, a China é uma das maiores credoras do EUA e Europa. Mas também permite que seja utilizado como capital-dinheiro na economia interna: o despejo de US\$ 1,2 trilhão de dólares em 2009 é prova disso.

O efeito, no entanto, de uma medida de ampliação dos gastos e investimento de capital sobre a produção não surte o mesmo efeito como em uma economia dos EUA. Carece aí de um poderoso mercado interno, carece dos mecanismos de adequação da relação entre oferta e procura, produzidos por organismos como o FED norte-americano e o Banco Central Europeu. Apesar de portentosa, a sua economia ainda é de país atrasado e dependente das relações internacionais.

Adota a política de “austeridade” europeia não porque atravesse a crise daquele continente, mas porque mantém na pobreza milhões de operários e, na miséria, milhões de camponeses. As contradições se avolumam ano após ano, ainda que o fôlego seja grande, visto a massa de capital produzido no último decênio.

Não pode, portanto, assumir integralmente uma política de estímulo à economia, como no caso norte-americano nem utilizar-se de mecanismos de contenção de gastos e entesouramento nacional, por meio de cortes no orçamento público, como na Europa. Trata-se, no caso das economias imperialistas, de medidas econômicas que tem por base a existência de fortes mercados internos e de amplas camadas da população com direitos objetivados em suas forças de trabalho. Quebrando parte desse mercado e desvalorizando essa força de trabalho, pretende-se conseguir os ajustes macroestruturais das economias em crise. China não conta com esses pressupostos. Não pode quebrar parte do mercado interno nem desvalorizar ainda mais a força viva do trabalho. Depende, mais do que qualquer outra economia, dos ventos bons do mercado internacional.

Resiste à valorização de sua moeda, contudo mais cedo ou mais tarde terá que valorizá-la. Resiste à medidas recessivas, como aumento da taxa de juros, mas tem acatado as orientações internacionais, com vistas a conter a inflação. Uma balança comercial positiva em mais de US\$ 190 bilhões, como ocorreu em 2010, não deve permanecer por muitos anos. Essa é a perspectiva do Estado chinês diante da economia mundial.

Não obstante tal perspectiva não segue apenas os ditames econômicos, é prescrita a partir da política de Restauração capitalista iniciada no começo dos anos 90. O Estado Burocrático joga o país nas mesmas contradições de qualquer país capitalista, impregnando-se de especuladores financeiros, de medidas recessivas e de aumento da pobreza e da miséria.

O caminho seguido pela China só pode ser revertido

Bolívia

O proletariado se incorpora massivamente ao ascenso das massas

A presença física e política do proletariado abre novas perspectivas ao ascenso social. A generalização das mobilizações transformará a luta puramente reivindicativa em luta política.

Durante a última década, uma das características que marcaram a foga o destino das mobilizações populares foi a ausência física e política do proletariado. Os mineiros, operários fabris, petroleiros e outros setores assalariados não estiveram envolvidos nos principais acontecimentos sociais (guerra da água, guerra do gás e outros movimentos regionais, especialmente como Caranavi e Potosí) como classe claramente diferenciada, e como direção dos demais setores explorados do país. Membros isolados da classe, principalmente nas grandes cidades, têm atuado, absorvido pela força de gravitação das convulsões sociais, mas sem a possibilidade de ter uma clara perspectiva revolucionária no processo social. Certamente, uma das causas da ausência física e política da classe operária, deve-se a que foi praticamente dizimada pela crise do capitalismo, que na Bolívia se manifestou no flagelo da relocalização nas

minas e na flexibilização trabalhista nas fábricas. Esse fenômeno também contribuiu para que os trabalhadores isolados (sem a presença aglutinante de suas direções e a fraqueza do partido revolucionário na elaboração de seu programa classista) permitiram que se despertassem excessivas esperanças no fenômeno do MAS. Neste contexto, as tendências reformistas (que teorizam sobre os “novos atores sociais” que deslocam definitivamente o proletariado em seu papel como a direção dos explorados) brotam novamente.

A grande novidade dos acontecimentos recentes é o ressurgimento do movimento proletário com os operários fabris iniciando as grandes mobilizações nas principais cidades do país. Impulsionados pela gravidade da crise econômica, que se traduz em baixíssimos salários, precariedade trabalhista, aumento desenfreado dos preços, condições precárias de segurança industrial, etc. Os operários irrompem nas ruas incontroláveis, elaborando com muita facilidade as consignas

através da força do proletariado nacional, o qual deve tomar em suas mãos a produção de riquezas e retirar do Estado a casta vendida e burocrática do PC chinês. Apenas uma revolução política que expulse as multinacionais e garanta o controle operário da produção poderá devolver ao povo chinês a revolução socialista, garantindo assim a instalação do governo operário e camponês, elo indispensável para a Revolução Mundial.

revolucionárias no campo salarial, social e político. Esse ressurgimento do proletariado fabril, facilmente, atua como uma força de aglutinação dos outros setores oprimidos. A tradicional orientação revolucionária do magistério de La Paz, por exemplo, rapidamente se torna carne neste setor do proletariado, apesar da ação confusionista de grande parte das direções sindicais ligadas ao oficialismo.

Os mineiros, especialmente aqueles que trabalham nas minas estatais, permanecem recuados. Isto já analisamos anteriormente, Trata-se de um proletariado muito jovem que perdeu toda a sua conexão com as tradições revolucionárias e lhe é difícil perceber-se a si mesmo como o grande protagonista dos acontecimentos sociais do passado. Existe outro fator que dificulta a sua rápida inserção no ascenso das massas, é que devido ao preço espetacular dos minerais no mercado mundial, os mineiros têm um nível salarial muito maior que os outros setores, permitindo-lhes superar ainda sem muita dificuldade os efeitos da crise. No entanto, a presença dos mineiros de

Adquira com o distribuidor deste jornal:

Levante popular no Egito:

Uma revolução democrática interrompida por um golpe que preservou o regime



Polêmica com o PSTU: “revolução vitoriosa”?

Partido Operário Revolucionário  **MASSAS**

Huanuni nas mobilizações de Oruro são sinais de que esse setor, muito em breve, se juntará à mobilização que cada dia mais tende a se generalizar no país.

A presença do proletariado como classe, ou seja, como um programa político no atual ascenso social permitirá dar um salto na atitude revolucionária dos outros setores explorados. Pode fazer com que rapidamente se ultrapasse o obstáculo atual cada vez mais débil, que se traduz na pergunta: “O que virá depois de Evo?” A generalização da convulsão social como consequência da incapacidade do governo atender às necessidades mais sentidas das massas, naturalmente, empurrará o processo atual, que aparece como estritamente reivindicatório, a se converter em político, porque porá na ordem do dia a questão do destino dos Estado burguês.

(extraído do Masas boliviano nº 2207 de 25 de fevereiro de 2011)